

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara aprova trava para o IVA; carne entra na cesta básica isenta.....3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mecanismo que garante teto de 26,5% para o IVA começa em 2033.....6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cesta básica desonerada incluirá carnes, sal e queijos.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Campanha pela sucessão de Lira ganha corpo.....10

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Especialista defende reforma previdenciária que seja consensual e duradoura.....12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Artigo: Almoço grátis na Reforma Tributária.....15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como a reforma tributária vai afetar o setor de imóveis?.....18

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

De viagem a remédio para a asma: veja lista com mais de 300 medicamentos que podem ficar mais baratos com a reforma.....19

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara começa a detalhar como vai funcionar a reforma tributária; entenda o que foi aprovado.....20

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira e Padilha se reaproximam com meio de campo do União Brasil.....23

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: regulamentação aprovada na Câmara trava aumento do imposto sobre consumo. Entenda.....24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fazenda propõe aumento da alíquota da CSLL.....26

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro teria usado 15 servidores para liberar joias.....28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo estuda "gatilho" em projeto para desoneração..... 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxação de 'big techs' pode ajudar na inclusão digital..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CGU apura ação de ex-chefe da Receita no caso das joias..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Corretora deve reter IR sobre rendimentos com cessão de criptoativos..... 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Tripé mal das pernas..... 36

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

STF deve manter progressividade na Previdência pública (Editorial)..... 40

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

30 anos do Plano Real: Política fiscal é um buraco sem fundo (Plano Real)..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Pesquisa aponta insatisfação de servidores..... 46

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Para Haddad, cabe ao Congresso resolver desoneração da folha - MERCADO S/A..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A boa surpresa da inflação - CELSO MING..... 51

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dívidas, lobbies e ajuste econômico - MÍRIAM LEITÃO..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economistas criticam texto de Pacheco para dividas estaduais..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juros futuros cedem e sinalizam risco menor de alta da taxa Selic..... 57

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Concentração aumenta e Brasil terá 83 mil novos milionários em 4 anos..... 60

Câmara aprova trava para o IVA; carne entra na cesta básica isenta

BIANCA LIMA, MARIANA CARNEIRO E ALVARO GRIBEL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite o primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**, com 336 votos favoráveis, 142 contrários e duas abstenções. A proposta estabelece uma trava para a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - que não deverá ultrapassar 26,5% - e inclui as carnes na cesta básica com imposto zero, após pressão do setor de alimentos, da bancada do agronegócio e da defesa do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O texto segue agora para análise no Senado.

O texto votado inicialmente havia deixado a carne fora da lista de produtos isentos.

Após a aprovação, o relator da regulamentação da **reforma tributária** na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PTMG), anunciou em discurso que mudaria outra vez o seu relatório para incluir também carnes, queijos, peixes e sal na cesta básica zerada.

"Estamos acolhendo no relatório da reforma todas as proteínas. Carnes, peixes, queijos e, lógico, o sal, porque o sal também é um ingrediente na culinária brasileira", afirmou Lopes, em plenário.

Pivô dos principais embates no Congresso nos últimos dias, a demanda pela isenção das proteínas animais acabou sendo aprovada por meio de um destaque (sugestão de mudança ao texto principal) apresentado pelo PL. Desta vez, foram 477 votos a favor, 3 contra e duas abstenções. Lopes já havia ampliado a cesta básica com imposto zero para incluir óleo de milho, aveia e farinhas.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** sobre bens e serviços foi aprovada pelo Congresso no fim do ano passado, depois de inúmeras tentativas nos últimos 30 dias para tentar desatar o nó tributário que pesa hoje sobre cidadãos e empresas. A fase atual é de regulamentação do que foi aprovado anteriormente.

O governo ainda vai apresentar ao Congresso uma proposta para mudar a tributação sobre renda e patrimônio.

O projeto votado ontem pelos deputados trouxe o

"coração" do novo sistema de **impostos** sobre consumo, com as regras para o funcionamento do IVA - que unificará cinco **tributos** existentes hoje.

Serão dois IVAs: um de competência do governo federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e um de Estados e municípios, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

"PATERNIDADE". A inclusão das carnes na cesta básica gerou um embate entre governo e oposição pela "paternidade" da proposta. A deputada Jandira Feghali (PCdoBRJ), que discursou pelo governo, destacou que o presidente Lula havia apresentado essa demanda ao Congresso. "É muito fácil a oposição, agora, dizer que foi ela que conquistou (a inclusão desses itens na cesta). Não é verdade; eles votaram contra a **reforma tributária** o tempo inteiro, e têm nas suas costas a fila do osso sem carne para o povo brasileiro", afirmou.

A parlamentar foi rebatida pelo deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS): "Vitória da oposição. Vitória do PL. Vitória da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária)", afirmou.

"Esse governo cometeu estelionato eleitoral: prometeu picanha e só entregou pé de frango. E agora, aos 45 minutos, vendo que ia perder de lavada, mudou seu voto." Desde as primeiras horas de ontem, a bancada ruralista tentava incluir as carnes na cesta básica com isenção total. A articulação foi encampada pela FPA, que conta com o apoio de 324 deputados, sendo a maior bancada da Câmara. Na proposta anterior, as carnes estavam na alíquota reduzida, com 60% de desconto na tributação.

A movimentação ganhou o reforço do Palácio do Planalto nos últimos dias, com falas do presidente Lula em defesa da isenção das carnes - cobrado pela promessa de campanha de que o brasileiro iria voltar a consumir picanha.

Porém, se de um lado Lula afirmou que vai "ficar feliz se puder comprar carne sem imposto", de outro o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), chegou a dizer que isentar as carnes pode deixar o "preço pesado" - em referência ao impacto na alíquota-padrão do IVA.

Nos cálculos do Ministério da Fazenda, a alteração representará uma elevação de 0,53 ponto percentual, o que faria a alíquota média passar de 26,5% para 27%. Já nos cálculos do Banco Mundial, o impacto será de 0,57 ponto.

No texto-base, o relator já havia retirado salmão e atum da alíquota "cheia" do IVA, itens que migraram para o grupo com 60% de desconto.

Já bacalhau e ovas (caviar), por exemplo, seguem pagando 100% do IVA.

Pão de forma e extrato de tomate também foram contemplados com a alíquota reduzida - antes, estavam na alíquota cheia.

TRAVA. Como antecipou o Estadão/ Broadcast, diante do receio de aumento na alíquotapadrão, os deputados incluíram no texto uma trava para evitar que a alíquota do IVA ultrapasse 26,5%, como projetado inicialmente pela equipe econômica.

A trava passaria a valer a partir de 2033, depois do período de transição da **reforma tributária**, que começa em 2026. Caso a alíquota ultrapasse o limite, o governo seria obrigado a formular, em conjunto com o Comitê Gestor do IBS, um projeto de lei complementar com medidas para reduzir a carga tributária.

A emenda constitucional da **reforma tributária** aprovada em dezembro já contém uma trava para evitar aumento da carga tributária do País (medida pela relação entre a arrecadação de **impostos** e o Produto Interno Bruto) na comparação com a carga atual. A trava proposta agora na regulamentação, por sua vez, diz respeito à alíquota média do IVA (mais informações na pág. B2).

Nos medicamentos, os deputados do grupo de trabalho concederam desconto de 60% da alíquotapadrão para todos aqueles registrados na Anvisa ou produzidos por farmácias de manipulação.

Antes, esses medicamentos estavam divididos entre desconto de 60% e alíquota cheia. Outra parte dos remédios conta com isenção total - e isso não foi alterado.

O relator do projeto de regulamentação da **reforma tributária** também contemplou demanda da **bancada feminina** e incluiu o DIU (Dispositivo Intrauterino, um método anticoncepcional) na lista de dispositivos médicos com redução de 60% do IVA.

O texto também autoriza que as empresas se creditem de planos de saúde coletivos previstos em convenção,

o que antes era proibido pela proposta inicialmente apresentada pelo Ministério da Fazenda. Os deputados incluíram ainda os planos de saúde de animais domésticos, os pets, com alíquota reduzida em 30%.

A proposta ainda amplia o cashback, sistema de devolução de parte da CBS, de 50% para 100%, nas operações de fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural encanado. Para o cálculo da devolução, serão consideradas as compras nos CPFs de todos os membros da unidade familiar, e não apenas do representante.

Fundamento

Projeto trouxe o coração do novo sistema de **impostos** sobre consumo, com as regras para o IVA

Como ficou

Pontos do texto votado na Câmara dos Deputados

I "Cashback"

Para o cálculo da devolução de parte dos **impostos**, serão consideradas as compras nos CPFs de todos os membros da unidade familiar, e não apenas do representante. Além disso, o grupo de trabalho formado na Câmara aumentou a devolução da CBS (a IVA de competência da União) de 50% para 100% nas operações de fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural encanado

I Medicamentos

No caso dos remédios, os deputados incluíram no texto a redução de alíquotas em 60% para todos os medicamentos registrados na Anvisa ou produzidos por farmácias de manipulação.

Antes, esses medicamentos estavam divididos entre desconto de 60% e alíquota cheia. Outra parte dos remédios deverá ter isenção total - isso não foi alterado

I Plano de saúde

Parecer costurado ontem na Câmara autoriza que as empresas se creditem com planos de saúde coletivos previstos em convenção, o que antes era proibido, e inclui planos de saúde de animais domésticos com alíquota reduzida em 30%

I "Imposto do pecado"

Texto incluiu o carvão mineral na lista de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo, o chamado "imposto do

pecado", que vai incidir sobre itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente. Por outro lado, estendeu a trava de 0,25% de alíquota para todos os bens minerais extraídos - no texto anterior, esse limitador só se aplicava ao minério de ferro

I Cesta básica

Em mudança de última hora, carnes, peixes, queijos e sal entraram para a cesta básica com imposto zero

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mecanismo que garante teto de 26,5% para o IVA começa em 2033

IANDER PORCELLA E VICTOR OHANA

Os deputados incluíram na regulamentação da **reforma tributária**, cujo texto-base foi aprovado na Câmara dos Deputados ontem à noite, uma trava para evitar que a alíquota-padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ultrapasse o patamar de 26,5%, como antecipou o Estadão/Broadcast.

A trava passará a valer a partir de 2033, depois do período de transição previsto na reforma, que começa em 2026. Pela proposta aprovada, caso a alíquotapadrão do IVA ultrapasse os 26,5%, o governo será obrigado a formular, em conjunto com o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - o IVA de competência de Estados e municípios -, um projeto de lei complementar com medidas para reduzir a carga tributária.

A emenda constitucional da **reforma tributária** já prevê uma trava para evitar que haja aumento da carga tributária na comparação com a carga atual.

O mecanismo aprovado agora é diferente e refere-se especificamente à alíquota média do IVA.

Segundo deputados envolvidos nas discussões, o governo poderá rever desonerações, compensações e incentivos fiscais para acionar a trava do IVA. Essas medidas estão sendo chamadas de "gatilhos" e são comparadas às regras do arcabouço fiscal, que prevê cortes de despesas em caso de descumprimento da meta de resultado primário.

"DOGMA". Na terça-feira, o deputado Claudio Cajado (PP-BA), integrante do grupo de trabalho que analisou o primeiro projeto da regulamentação, disse que a alíquota de 26,5% do IVA - prevista no projeto original enviado pela equipe econômica ao Congresso - tornou-se um "dogma".

E sinalizou que qualquer mudança teria de ter como premissa a não alteração desse percentual.

A resistência da Câmara em elevar a alíquota média do IVA estava no centro do impasse sobre a inclusão da carne na cesta básica com imposto zero. A medida, defendida pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aumentaria em 0,53 ponto percentual a alíquota,

segundo cálculos da Fazenda.

Usando outra metodologia, a bancada do agro estima impacto de 0,2 ponto.

A reforma institui o IVA dual: um do governo federal e outro de Estados e municípios.

O novo modelo de tributo impede a chamada "tributação em cascata", que onera consumidores e empresas.

Serão três novos **tributos**: o IBS, substituindo o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios; a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substitui PIS, Cofins e o IPI, que são federais; e o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos danosos à saúde e ao meio ambiente.

Também faz parte da espinha dorsal da reforma o deslocamento da cobrança dos **tributos** da origem (onde a mercadoria é produzida) para o destino (onde é consumida).

Com essa nova sistemática, a reforma promete colocar fim à guerra fiscal entre os Estados, na qual governadores concedem incentivos fiscais para atrair investimentos aos seus territórios.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criou dois grupos de trabalho, com sete integrantes cada, para analisar os dois projetos de lei complementar enviados pelo governo para regulamentar a reforma. O primeiro tratou da lei geral do IBS e da CBS. O segundo analisou a proposta sobre o Comitê Gestor e a distribuição das receitas do IBS a Estados e municípios.

Prazo

Trava só passaria a valer em 2033, depois de encerrado o período de transição

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cesta básica desonerada incluirá carnes, sal e queijos



Reforma aprovada: haverá devolução de 100% do imposto pago nas contas de água, luz, esgoto e gás natural por famílias pobres

Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant'Ana Julia Lindner, Beatriz Olivon e Marcello Corrêa De Brasília

Quase sete meses após a promulgação da emenda constitucional da **reforma tributária**, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (10) o principal projeto de lei de regulamentação do novo sistema de **impostos** sobre o consumo. O texto seguiu para análise do Senado.

Na reta final da votação, os parlamentares decidiram incluir na proposta a previsão de que carnes, queijo e sal entrem na lista da cesta básica desonerada, após um destaque apresentado pela oposição. Esse era considerado um dos pontos mais polêmicos do projeto e, apesar de ser defendido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), dividia o governo pela possibilidade do aumento da alíquota geral. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vinha se posicionando contra a medida e, nos bastidores, afirmou que a iniciativa representaria "uma loucura".

Integrantes da equipe econômica têm alertado que zerar o imposto sobre as carnes elevaria a alíquota padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Nesse sentido, os deputados também aprovaram ontem um dispositivo para garantir que a alíquota do novo tributo fique em, no máximo, 26,5%, valor de referência calculado pelo Ministério da Fazenda considerando o texto original.

Segundo Lira, a trava deu "conforto" para a inclusão

de proteínas animais na cesta básica desonerada. "Se bater perto [dos 26,5%], vai ter que ter alteração. Vai ter que se rever com tempo. Foram todas as proteínas... qual sai, qual fica."

O relator, Reginaldo Lopes (PT-MG), disse em entrevista à TV Câmara acreditar que a alíquota não passará de 25% depois de "dois, três anos" da consolidação da reforma, que começará a entrar em vigor a partir de 2027.

Segundo o Valor apurou, essa compensação também poderia ser feita no Senado, por exemplo elevando a tributação de mais bebidas açucaradas além dos refrigerantes.

A inclusão da carne na cesta básica ocorreu quando deputados votavam os destaques, propostas de mudanças do texto principal. Antes, o texto-base foi aprovado por 336 votos a favor, 142 contra e 2 abstenções. Somente o Novo, o PL, a minoria e a oposição orientaram suas bancadas a votarem contra.

Durante a votação do destaque sobre as carnes, diante da expectativa de aprovação, Reginaldo Lopes foi à tribuna para defender a medida.

"Quero pedir a todos os nossos líderes que possamos juntos fazer de maneira simbólica essa grande votação do Parlamento, que sabe e reconhece que é fundamental colocar a carne no prato dos brasileiros", acrescentou o relator. A fala de Lopes foi seguida de aplausos efusivos em plenário.

Antes do início da votação, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), destacou o fato de que a versão final do projeto não agradaria a todos, mas defendeu que houve debate suficiente para tratar da matéria.

"Quero ressaltar que ninguém, em um tema como esse, agrada a todo mundo. É muito difícil. Mas a Câmara dos Deputados não pode, independente do resultado, sair arranhada com fala de parlamentares dizendo que não houve debate, discussão, tempo de amadurecimento, diálogo", discursou o parlamentar.

Diante do aumento de exceções e antes da aprovação do destaque sobre a proteína animal, parlamentares incluíram no texto principal a medida para evitar que

exceções elevem a alíquota padrão do novo IVA, dividido em Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, de competência federal) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, dos Estados e municípios). A inclusão do dispositivo foi revelada na noite de terça-feira pelo Valor.

De acordo com o parecer, o governo federal deverá encaminhar em 2031 um projeto de lei complementar para garantir que a alíquota média fique em no máximo 26,5% caso as alíquotas da CBS e do IBS fiquem acima desse percentual. Para isso, o governo poderá optar por reduzir alíquotas de produtos ou setores específicos ou fazer uma redução linear.

Com a mudança, o valor da alíquota de 26,5% passou a constar na regulamentação da **reforma tributária**, ao contrário do projeto encaminhado pelo governo. Com isso, caso algum futuro governo queira aumentar a alíquota padrão, terá de aprovar no Congresso Nacional um projeto de lei complementar. Essa avaliação da alíquota padrão será quinquenal.

Nos bastidores, a inclusão de um dispositivo foi bem avaliada pela equipe econômica. "É uma sinalização de que os benefícios para alguns setores têm de ser limitados para não onerar demais os demais setores", disse uma fonte ao Valor.

Segundo Camila Tapias, sócia da Utumi Advogados, não há como garantir o cumprimento do teto de 26,5% nem como garantir que ele não seja ultrapassado, mas a alteração de uma lei complementar é mais complexa.

A advogada também destacou a previsão, que já constava em versão anterior do texto, de que qualquer alteração na legislação federal que reduza ou eleve a arrecadação da CBS ou do IBS deverá ser compensada pela elevação ou redução, pelo Senado Federal, da alíquota de referência da CBS e das alíquotas de referência estadual e municipal do IBS, de modo a preservar a arrecadação das esferas federativas.

O relator também estabeleceu um novo formato na cobrança de imposto sobre medicamentos, com a inclusão de remédios populares na lista de produtos na alíquota reduzida de 60%. O texto mantém uma lista de 383 remédios isentos de tributação e estabelece que todos os outros medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou produzidos por farmácias de manipulação terão a alíquota reduzida. A medida atendeu a uma demanda do setor farmacêutico.

A inclusão dos novos medicamentos nas alíquotas menores deve ampliar a alíquota padrão em 0,21

ponto percentual, segundo cálculos preliminares da equipe econômica.

Ontem à noite, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a medida elevaria a alíquota. Ele destacou que, quanto maior o número de exceções, maior será a alíquota. "A cada exceção você tem que fazer um cálculo. O posicionamento da Fazenda, técnico, é quanto menos exceções, melhor", afirmou o ministro, em entrevista ao chegar à sede da pasta. "[Os deputados] ouvem a sociedade, ouvem pesquisas, ouvem setores, então é natural que haja esse tipo de flexibilização, mas tecnicamente o posicionamento da Fazenda é o mesmo desde o início do processo."

O texto aprovado ontem também mudou as regras do "cash-back" - devolução de **tributos** pagos pelas famílias com renda per capita de até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal. Agora, será ressarcida 100% da CBS (de competência federal) cobrada nas contas de energia elétrica, água e gás encanado, ante 50% do texto anterior, e 20% do IBS (arrecadado pelos Estados, municípios e Distrito Federal). Para o gás de cozinha, os percentuais de devolução serão de 100% da CBS e 20% do IBS. Nos demais casos o ressarcimento será de 20% para os dois **tributos**.

Outra mudança trazida pelo parecer é que, para o cálculo da devolução, serão consideradas as compras nos CPFs de todos os membros da unidade familiar, e não apenas do titular da família.

"O posicionamento da Fazenda, técnico, é quanto menos exceções, melhor"

Fernando Haddad

Sítio:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187925?page=1§ion=1>

Novo sistema tributário

Regulamentação da reforma tributária dos tributos do consumo avança na Câmara dos Deputados

	Como é hoje	Como fica
Número de impostos	Impostos federais PIS, Cofins, IPI Imposto estadual e municipal ICMS e ISS	IVA Dual Tributo federal: CBS Imposto estadual/municipal: IBS Imposto Seletivo (produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente)
Cumulatividade	Cobrança cumulativa (em cascata)	Cobrança não-cumulativa (impostos pagos são creditados ao longo da cadeia)
Regras da desoneração da cesta básica	Lista de produtos têm alíquota zero de PIS/Cofins em todo o país	Cesta Básica Nacional desonerada traz 15 itens com tributação zero Há também uma lista de itens com tributação reduzida para 40% da padrão
Sistema de cashback	Não previsto no sistema atual	Prevê devolução de impostos a consumidores de baixa renda
Local da cobrança	Origem (local de produção)	Destino (local de consumo)

Fonte: Emenda Constitucional 103/2024

Campanha pela sucessão de Lira ganha corpo



Presidente da Câmara esteve no jantar de um postulantes ao cargo

Andréa Jubé De Brasília

Em pleno turbilhão da votação da **reforma tributária**, os dois jantares promovidos nesta semana por pré-candidatos à presidência da Câmara evidenciaram que a disputa pela sucessão do presidente Arthur Lira (PP-AL) cada vez mais deixa os bastidores e ganha tração, com contornos mais acirrados e públicos, mesmo a seis meses da eleição.

Mesmo com a tensão do debate sobre a regulamentação do novo sistema tributário, o líder do União Brasil e um dos pré-candidatos à sucessão de Lira, Elmar Nascimento (BA), reuniu deputados e jornalistas em um jantar - uma "churrascada"-em uma casa no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, na noite de quarta-feira (10).

Na noite de terça-feira (9), foi a vez do líder do PSD e também pré-candidato ao cargo, Antonio Brito (BA), oferecer um jantar de confraternização para os deputados antes do recesso. O evento de Brito atraiu Lira e os outros principais postulantes, até o momento, à sua cadeira. Além de Brito e Elmar, estiveram no evento do PSD o vice-presidente da Casa e presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP) e o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL). Pereira ficou poucos minutos porque ainda se recupera de uma cirurgia na córnea. Elmar e Bulhões chegaram depois das 23 horas.

No jantar de Brito, chamou a atenção o tête-à-tête entre Lira e o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, em um canto reservado do salão, onde conversaram por alguns minutos, na companhia do líder do PL, deputado Altineu Cortês (RJ). Minutos depois, aproximou-se da roda o líder do governo, deputado José Guimarães (CE). Foi Lira quem chamou Costa Neto, que estava a alguns metros, em uma roda de jornalistas.

Outro convidado concorrido era o secretário de Governo de São Paulo e presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, principal cabo eleitoral de Brito. Questionado se o seu apadrinhado era um candidato de fôlego para a disputa, Kassab respondeu estar convicto de que ele será o novo presidente da Câmara em 2025.

Indagado sobre o porquê dessa certeza, Kassab respondeu com um gesto, apontando para o nariz. Entre seus pares, o auxiliar do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) é reconhecido como um político que identifica, de longe, o "cheiro de poder".

Ainda na festa do PSD, compareceram várias autoridades do primeiro escalão, como os ministros do PSD - da Agricultura, Carlos Fávaro, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira -, da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e de Cidades, Jader Filho (MDB).

As festas e reuniões informais oferecidas pelos pré-candidatos à sucessão de Lira aos deputados não começaram agora. O primeiro grande evento remonta ao fim do ano, quando Elmar Nascimento reuniu aliados em uma ilha no litoral da Bahia para uma festa de réveillon, que se estendeu por cinco dias, com shows de Bell Marques, por exemplo, ex-vocalista da banda de axé Chiclete com Banana.

Na festa de Antonio Brito, na terça-feira, um dos destaques foi o show do sambista Dudu Nobre. Marcos Pereira, por sua vez, promoveu um jantar para os aliados na comemoração de seu aniversário em abril. Em uma celebração ecumênica, Pereira reuniu lideranças do bolsonarismo e do atual governo Lula, em uma demonstração de que transita em todos os ambientes políticos.

Presidente da Câmara esteve no jantar de um
postulantes ao cargo

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187925?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187925?page=1§ion=1)**

Especialista defende reforma previdenciária que seja consensual e duradoura

Ana Maria Campos

+

Com sucessivas reformas previdenciárias nos últimos 30 anos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já fala em uma nova mudança nas regras, caso seja mantida a desoneração da folha para 17 setores da economia e para pequenos municípios. O advogado Wagner Balera, com a experiência de quem foi procurador do **INSS** e é autor de mais de 30 livros de direito previdenciário, acredita que tantas reformas criam uma insegurança jurídica justamente para quem está num momento que exige mais certezas quanto ao futuro, quem chega à aposentadoria.

Mas Balera avalia que a desoneração exige que a União aponte uma compensação, de onde vão sair os recursos para incentivo a esses setores da economia. Desonerar pura e simplesmente só agrava a perspectiva da insustentabilidade financeira da **seguridade social** no seu todo considerada, afirma o jurista.

Sobre a possibilidade de ocorrerem novas reformas, Balera defende a criação de um foro amplo para apresentar um projeto abrangente, consensual e duradouro. Nenhuma reforma que só olhe para o corte de benefícios sem considerar o incremento das receitas terá qualquer chance de caminhar para o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial do sistema, acredita.

Em 2022, o Supremo reconheceu a revisão da vida toda, permitindo que aposentados pudessem pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida. Mas uma reviravolta no STF alterou esse entendimento. O que está valendo, afinal?

É evidente que a decisão do STF cria, de certo modo, uma insegurança jurídica, o que contraria os pressupostos da **seguridade social**, que quer justamente que tenhamos segurança quanto aos nossos benefícios no momento em que nos aposentamos. No entanto, o corte no critério temporal atende a uma lógica correta que é a da moeda única. O real é o divisor de águas correto. Misturar moedas poderia criar muita confusão nos cálculos. Ademais, nunca se pode esquecer que a cada despesa deve corresponder uma receita e o critério da revisão da vida toda aumenta a despesa sem enfrentar essa

questão.

Representantes de aposentados recorrem para que seja imposto um limite temporal à decisão que colocou um fim à revisão. Até onde vai esse embate?

É um dilema processual um pouco sem sentido. A Justiça - dar a cada um o que é seu - não pode permitir a casuística. O critério deve ser único para todos.

Essa discussão jurídica sobre a revisão da vida toda está mais embasada em questões financeiras do que no direito?

De direito. O que temos? Um período básico de cálculo bem definido: de julho de 1994 até o momento em que o benefício é devido. Tudo o que modificar esse critério estará inovando no plano de benefícios sem considerar o plano de custeio. Vale dizer, cria-se uma nova despesa sem que se indique a receita que irá sustentá-la.

Como avalia as sucessivas mudanças promovidas pelas reformas previdenciárias nos últimos 30 anos? São suficientes para o equilíbrio econômico do sistema? Avançou no direito dos aposentados?

As sucessivas reformas revelam, desgraçadamente, a ausência de um projeto de continuidade. O que se pretendia de início? Um regime único e igual para todos. Esse foi o escopo da proposta de 1995. Mas, os interesses corporativos impediram que se seguisse esse fio condutor. Nenhuma reforma que só olhe para o corte de benefícios sem considerar o incremento das receitas terá qualquer chance de caminhar para o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial do sistema.

Que outras alterações poderiam ser promovidas?

Não dá para apontar um elenco sem verdadeiro debate entre todos os atores sociais envolvidos: trabalhadores, empresários, aposentados e governo. O que está faltando é a criação de um foro amplo que, durante período razoável - por exemplo, três meses - proponha-se a apresentar um projeto abrangente, consensual e duradouro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a manutenção da desoneração da folha de

pagamento para 17 setores da economia e da desoneração para pequenos municípios traz o risco de uma nova reforma da Previdência em três anos. Acredita que outros direitos deverão ser cortados?

A desoneração é um acinte desde o momento em que se revogou a lei que obrigava a União a repor a quantia que estava sendo desonerada. Desonerar pura e simplesmente só agrava a perspectiva da insustentabilidade financeira da **seguridade social** no seu todo considerada.

Como avalia a discussão no STF sobre a desoneração da folha? Esse é um tema apenas do Congresso ou o Judiciário deve entrar?

O omissivo é o Congresso, que revogou a lei que exigia que, para cada desoneração, o Poder Legislativo obrigasse a União a cobrir o exato montante da desoneração.

O número de pessoas contribuindo com a **Previdência Social** hoje é menor que o número de beneficiados. Acredita em colapso no sistema a curto prazo?

Não acredito num colapso. Quem garante o sistema é a União. Cumpre compatibilizar a **reforma tributária** com a reforma das fontes de custeio da **seguridade social** para que esta garanta - como exige a Constituição - os direitos da saúde, da previdência e da assistência social.

O Supremo discute a questão da contribuição progressiva do funcionalismo, cuja eliminação, segundo cálculos, traria perdas de R\$ 300 bilhões em 10 anos. O placar está empatado, com pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. Sobre esse tema, qual posição o senhor considera justa?

Considero justa a contribuição progressiva, ressalvado meu conhecido ponto de vista que não admite contribuição para os inativos e pensionistas. Isto é, se se dá por assente que pode haver contribuição desse grupo, é razoável que seja progressiva em homenagem à equidade no custeio.

Com sucessivas reformas previdenciárias nos últimos 30 anos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já fala em uma nova mudança nas regras, caso seja mantida a desoneração da folha para 17 setores da economia e para pequenos municípios. O advogado Wagner Balera, com a experiência de quem foi procurador do **INSS** e é autor de mais de 30 livros de direito previdenciário, acredita que tantas reformas criam uma insegurança jurídica justamente para quem está num momento que exige mais certezas quanto ao futuro, quem chega à aposentadoria.

Mas Balera avalia que a desoneração exige que a União aponte uma compensação, de onde vão sair os recursos para incentivo a esses setores da economia. Desonerar pura e simplesmente só agrava a perspectiva da insustentabilidade financeira da **seguridade social** no seu todo considerada, afirma o jurista.

Sobre a possibilidade de ocorrerem novas reformas, Balera defende a criação de um foro amplo para apresentar um projeto abrangente, consensual e duradouro. Nenhuma reforma que só olhe para o corte de benefícios sem considerar o incremento das receitas terá qualquer chance de caminhar para o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial do sistema, acredita.

Em 2022, o Supremo reconheceu a revisão da vida toda, permitindo que aposentados pudessem pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida. Mas uma reviravolta no STF alterou esse entendimento. O que está valendo, afinal?

É evidente que a decisão do STF cria, de certo modo, uma insegurança jurídica, o que contraria os pressupostos da **seguridade social**, que quer justamente que tenhamos segurança quanto aos nossos benefícios no momento em que nos aposentamos. No entanto, o corte no critério temporal atende a uma lógica correta que é a da moeda única. O real é o divisor de águas correto. Misturar moedas poderia criar muita confusão nos cálculos. Ademais, nunca se pode esquecer que a cada despesa deve corresponder uma receita e o critério da revisão da vida toda aumenta a despesa sem enfrentar essa questão.

Representantes de aposentados recorrem para que seja imposto um limite temporal à decisão que colocou um fim à revisão. Até onde vai esse embate?

É um dilema processual um pouco sem sentido. A Justiça - dar a cada um o que é seu - não pode permitir a casuística. O critério deve ser único para todos.

Essa discussão jurídica sobre a revisão da vida toda está mais embasada em questões financeiras do que no direito?

De direito. O que temos? Um período básico de cálculo bem definido: de julho de 1994 até o momento em que o benefício é devido. Tudo o que modificar esse critério estará inovando no plano de benefícios sem considerar o plano de custeio. Vale dizer, cria-se uma nova despesa sem que se indique a receita que irá sustentá-la.

Como avalia as sucessivas mudanças promovidas pelas reformas previdenciárias nos últimos 30 anos? São suficientes para o equilíbrio econômico do sistema? Avançou no direito dos aposentados?

As sucessivas reformas revelam, desgraçadamente, a ausência de um projeto de continuidade. O que se pretendia de início? Um regime único e igual para todos. Esse foi o escopo da proposta de 1995. Mas, os interesses corporativos impediram que se seguisse esse fio condutor. Nenhuma reforma que só olhe para o corte de benefícios sem considerar o incremento das receitas terá qualquer chance de caminhar para o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial do sistema.

Que outras alterações poderiam ser promovidas?

Não dá para apontar um elenco sem verdadeiro debate entre todos os atores sociais envolvidos: trabalhadores, empresários, aposentados e governo. O que está faltando é a criação de um foro amplo que, durante período razoável - por exemplo, três meses - proponha-se a apresentar um projeto abrangente, consensual e duradouro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a manutenção da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e da desoneração para pequenos municípios traz o risco de uma nova reforma da Previdência em três anos. Acredita que outros direitos deverão ser cortados?

A desoneração é um acinte desde o momento em que se revogou a lei que obrigava a União a repor a quantia que estava sendo desonerada. Desonerar pura e simplesmente só agrava a perspectiva da insustentabilidade financeira da **seguridade social** no seu todo considerada.

Como avalia a discussão no STF sobre a desoneração da folha? Esse é um tema apenas do Congresso ou o Judiciário deve entrar?

O omissivo é o Congresso, que revogou a lei que exigia que, para cada desoneração, o Poder Legislativo obrigasse a União a cobrir o exato montante da desoneração.

O número de pessoas contribuindo com a **Previdência Social** hoje é menor que o número de beneficiados. Acredita em colapso no o sistema a curto prazo?

Não acredito num colapso. Quem garante o sistema é a União. Cumpre compatibilizar a **reforma tributária** com a reforma das fontes de custeio da **seguridade social** para que esta garanta - como exige a Constituição - os direitos da saúde, da previdência e

da assistência social.

O Supremo discute a questão da contribuição progressiva do funcionalismo, cuja eliminação, segundo cálculos, traria perdas de R\$ 300 bilhões em 10 anos. O placar está empatado, com pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. Sobre esse tema, qual posição o senhor considera justa?

Considero justa a contribuição progressiva, ressalvado meu conhecido ponto de vista que não admite contribuição para os inativos e pensionistas. Isto é, se se dá por assente que pode haver contribuição desse grupo, é razoável que seja progressiva em homenagem à equidade no custeio.

Site: <http://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2024/07/6895805-especialista-defende-reforma-previdenciaria-que-seja-consensual-e-duradoura.html>

Artigo: Almoço grátis na Reforma Tributária

Opinião

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER*

Há muitos anos, se fala de Custo Brasil, dos elevados custos para fazer negócios no país, da falta de competitividade da nossa economia, especialmente para a indústria, que produz os chamados tradables ou comercializáveis, produtos que devem disputar o mercado internacional via exportações e que, por outro lado, sofrem a concorrência no mercado interno via importações. Consequência é a prematura e muito acentuada perda de participação da indústria de transformação no **PIB** do país, ao contrário da China, do México, da Índia, de países do Sudeste Asiático e até desenvolvidos, como a Alemanha, que mantém participação forte da indústria, em alguns casos até crescente, aproveitando os processos em curso de redefinição das cadeias de valor em função de vulnerabilidades expostas pela pandemia e de conflitos geopolíticos.

Infelizmente, estamos participando apenas marginalmente dos processos de nearshoring e friendshoring, ao contrário das nações que mais diretamente disputam mercado conosco, justamente por falta de competitividade. Estamos perdendo uma oportunidade de recuperar produtividade e dinamismo na economia, que decorrem de melhores empregos gerados pela indústria de transformação, dos seus importantes investimentos em pesquisa e tecnologia, e do aumento do valor agregado à produção nacional por esse setor.

Sem dúvida, há que se reconhecer a importância de alguns avanços ocorridos nos últimos anos, com a realização de reformas micro e macroeconômicas, em direção à agenda da competitividade. O problema é que o Custo Brasil tem sido tão mais alto do que o dos nossos concorrentes - dívida pública e carga tributária em proporção do **PIB**, por exemplo, mais altos entre os países em desenvolvimento - que muitas lições de casa ainda precisam ser feitas.

Principalmente a redução do peso do Estado sobre a sociedade e, em especial, sobre o setor produtivo por meio, de um lado, de uma reforma administrativa que, apoiada pelo desengessamento do orçamento público, permita diminuir o gasto e, conseqüentemente, a carga tributária, via maior eficiência dos dispêndios públicos. E de outro lado, da **Reforma Tributária**, que, após anos de discussões, tramita em fase de regulamentação no Congresso Nacional, em uma

primeira etapa que é a simplificação da caótica estrutura dos **impostos** sobre o consumo.

A proposta apresentada pelo Executivo, em 2023, trouxe importantes avanços conceituais, como o fim da cumulatividade, a partir da ideia de imposto sobre valor agregado (IVA), englobando vários **tributos**, mas sem redução de carga tributária, dado que este governo declaradamente pretende aumentar e não reduzir o gasto público. Esse viés fica evidente com o foco total do Ministério da Fazenda na busca de mais receitas. Transformou-se, de fato, no ministério da arrecadação.

O imposto sobre valor agregado proposto, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de responsabilidade de estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e Serviços, a cargo da União, previa inicialmente uma alíquota conjunta de 21%, próxima à média de outros países que adotam o conceito de IVA. Essa alíquota, no entanto, previa um número bem limitado de regimes especiais, a partir de especificidades setoriais e interesse social. Necessário destacar, contudo, que os sistemas tributários com base no valor agregado mais modernos e eficazes praticamente não trazem regimes privilegiados, o que permite colher os benefícios da simplificação e da alavancagem da economia na sua integralidade.

Na tramitação da **Reforma Tributária** no Congresso Nacional no 2º semestre do ano passado, os parlamentares cederam a grupos de pressão, aos lobbies mais poderosos, a setores e regiões que sempre buscam privilégios em tal medida, que a alíquota do IBS/CBS prevista já saltou para 26% ou 27%.

Mas além das ineficiências e privilégios introduzidos no texto-base da reforma, a regulamentação, em tramitação no Congresso, pode potencializar as distorções. Agora, é necessário detalhar as delimitações e a operacionalização dos regimes especiais que beneficiaram os diversos setores com reduções de alíquotas de 30%, 60% e até 100% e evitar que novas atividades procurem se enquadrar nessas exceções, na definição da legislação complementar. Infelizmente, mais uma vez, a sociedade brasileira se contenta com meias soluções. Devemos passar na prova, mas com nota pouco acima de cinco.

Querer pagar menos **impostos** é um direito legítimo, porque, no Brasil, à exceção de setores e regiões que

têm regimes privilegiados, todos pagamos demais. Mas o principal caminho para isso é por meio do aumento da eficiência do gasto público, é o Estado fazer mais com menos e, assim, precisar de menos **tributos** para cumprir o seu papel. E a sociedade deve pressionar as autoridades para a construção desse Brasil eficiente, em que o Poder Público realmente esteja a serviço do público, e não de si mesmo. Mas, enquanto não avançarmos o suficiente nessa direção, não é legítimo que alguns queiram pagar menos, com a conta sendo transferida aos demais.

*Empresário

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER*

Há muitos anos, se fala de Custo Brasil, dos elevados custos para fazer negócios no país, da falta de competitividade da nossa economia, especialmente para a indústria, que produz os chamados tradables ou comercializáveis, produtos que devem disputar o mercado internacional via exportações e que, por outro lado, sofrem a concorrência no mercado interno via importações. Consequência é a prematura e muito acentuada perda de participação da indústria de transformação no **PIB** do país, ao contrário da China, do México, da Índia, de países do Sudeste Asiático e até desenvolvidos, como a Alemanha, que mantém participação forte da indústria, em alguns casos até crescente, aproveitando os processos em curso de redefinição das cadeias de valor em função de vulnerabilidades expostas pela pandemia e de conflitos geopolíticos.

Infelizmente, estamos participando apenas marginalmente dos processos de nearshoring e friendshoring, ao contrário das nações que mais diretamente disputam mercado conosco, justamente por falta de competitividade. Estamos perdendo uma oportunidade de recuperar produtividade e dinamismo na economia, que decorrem de melhores empregos gerados pela indústria de transformação, dos seus importantes investimentos em pesquisa e tecnologia, e do aumento do valor agregado à produção nacional por esse setor.

Sem dúvida, há que se reconhecer a importância de alguns avanços ocorridos nos últimos anos, com a realização de reformas micro e macroeconômicas, em direção à agenda da competitividade. O problema é que o Custo Brasil tem sido tão mais alto do que o dos nossos concorrentes - dívida pública e carga tributária em proporção do **PIB**, por exemplo, mais altos entre os países em desenvolvimento - que muitas lições de casa ainda precisam ser feitas.

Principalmente a redução do peso do Estado sobre a sociedade e, em especial, sobre o setor produtivo por

meio, de um lado, de uma reforma administrativa que, apoiada pelo desengessamento do orçamento público, permita diminuir o gasto e, conseqüentemente, a carga tributária, via maior eficiência dos dispêndios públicos. E de outro lado, da **Reforma Tributária**, que, após anos de discussões, tramita em fase de regulamentação no Congresso Nacional, em uma primeira etapa que é a simplificação da caótica estrutura dos **impostos** sobre o consumo.

A proposta apresentada pelo Executivo, em 2023, trouxe importantes avanços conceituais, como o fim da cumulatividade, a partir da ideia de imposto sobre valor agregado (IVA), englobando vários **tributos**, mas sem redução de carga tributária, dado que este governo declaradamente pretende aumentar e não reduzir o gasto público. Esse viés fica evidente com o foco total do Ministério da Fazenda na busca de mais receitas. Transformou-se, de fato, no ministério da arrecadação.

O imposto sobre valor agregado proposto, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de responsabilidade de estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e Serviços, a cargo da União, previa inicialmente uma alíquota conjunta de 21%, próxima à média de outros países que adotam o conceito de IVA. Essa alíquota, no entanto, previa um número bem limitado de regimes especiais, a partir de especificidades setoriais e interesse social. Necessário destacar, contudo, que os sistemas tributários com base no valor agregado mais modernos e eficazes praticamente não trazem regimes privilegiados, o que permite colher os benefícios da simplificação e da alavancagem da economia na sua integralidade.

Na tramitação da **Reforma Tributária** no Congresso Nacional no 2º semestre do ano passado, os parlamentares cederam a grupos de pressão, aos lobbies mais poderosos, a setores e regiões que sempre buscam privilégios em tal medida, que a alíquota do IBS/CBS prevista já saltou para 26% ou 27%.

Mas além das ineficiências e privilégios introduzidos no texto-base da reforma, a regulamentação, em tramitação no Congresso, pode potencializar as distorções. Agora, é necessário detalhar as delimitações e a operacionalização dos regimes especiais que beneficiaram os diversos setores com reduções de alíquotas de 30%, 60% e até 100% e evitar que novas atividades procurem se enquadrar nessas exceções, na definição da legislação complementar. Infelizmente, mais uma vez, a sociedade brasileira se contenta com meias soluções. Devemos passar na prova, mas com nota pouco acima de cinco.

Querer pagar menos **impostos** é um direito legítimo, porque, no Brasil, à exceção de setores e regiões que têm regimes privilegiados, todos pagamos demais. Mas o principal caminho para isso é por meio do aumento da eficiência do gasto público, é o Estado fazer mais com menos e, assim, precisar de menos **tributos** para cumprir o seu papel. E a sociedade deve pressionar as autoridades para a construção desse Brasil eficiente, em que o Poder Público realmente esteja a serviço do público, e não de si mesmo. Mas, enquanto não avançarmos o suficiente nessa direção, não é legítimo que alguns queiram pagar menos, com a conta sendo transferida aos demais.

*Empresário

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2024/07/6895779-artigo-almoco-gratis-na-reforma-tributaria.html>

Como a reforma tributária vai afetar o setor de imóveis?

Opinião

Por Guilherme Malta* - A **reforma tributária** trará uma mudança completa no atual sistema de **impostos**. PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS serão substituídos por um imposto único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), isto no âmbito dos estados, municípios e Distrito Federal. O objetivo é simplificar o sistema tributário, permitindo que os contribuintes vejam o imposto recolhido sem muita burocracia.

No entanto, esse novo modelo de imposto único terá uma alíquota única, o que afeta todo o comércio de bens e serviços, incluindo o setor de imóveis. Atualmente, a alíquota geral do setor imobiliário é de aproximadamente 8,65%, considerando a tributação cumulativa do PIS, Cofins e ISS.

Com a nova proposta de reforma (PLP 68/2024), a alíquota para o setor poderá chegar a 22%, mesmo com a redução de 20% proposta pelo governo federal. Isso representa um aumento significativo, que provavelmente trará prejuízos ao setor de imóveis e à população em geral. Esse novo modelo impactará todos os segmentos de imóveis: loteamento, locação, administração de imóveis e intermediação.

Uma possível solução adequada e harmônica, que atenda aos critérios da construção civil, incorporação imobiliária, parcelamento do solo, alienação, locação, arrendamento, administração e intermediação de bens imóveis, seria um redutor de alíquota de 60%, mantendo assim a carga tributária atual.

*Guilherme é advogado especialista em direito imobiliário do escritório Mota Kamule Advogados

Por Guilherme Malta* - A **reforma tributária** trará uma mudança completa no atual sistema de **impostos**. PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS serão substituídos por um imposto único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), isto no âmbito dos estados, municípios e Distrito Federal. O objetivo é simplificar o sistema tributário, permitindo que os contribuintes vejam o imposto recolhido sem muita burocracia.

No entanto, esse novo modelo de imposto único terá uma alíquota única, o que afeta todo o comércio de bens e serviços, incluindo o setor de imóveis. Atualmente, a alíquota geral do setor imobiliário é de

aproximadamente 8,65%, considerando a tributação cumulativa do PIS, Cofins e ISS.

Com a nova proposta de reforma (PLP 68/2024), a alíquota para o setor poderá chegar a 22%, mesmo com a redução de 20% proposta pelo governo federal. Isso representa um aumento significativo, que provavelmente trará prejuízos ao setor de imóveis e à população em geral. Esse novo modelo impactará todos os segmentos de imóveis: loteamento, locação, administração de imóveis e intermediação.

Uma possível solução adequada e harmônica, que atenda aos critérios da construção civil, incorporação imobiliária, parcelamento do solo, alienação, locação, arrendamento, administração e intermediação de bens imóveis, seria um redutor de alíquota de 60%, mantendo assim a carga tributária atual.

*Guilherme é advogado especialista em direito imobiliário do escritório Mota Kamule Advogados

Site: <http://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2024/07/6896030-como-a-reforma-tributaria-vai-afetar-o-setor-de-imoveis.html>

De viagra a remédio para a asma: veja lista com mais de 300 medicamentos que podem ficar mais baratos com a reforma

Por Poliana Casemiro, g1 - Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (10) a proposta principal de regulamentação da **reforma tributária**. O texto inclui uma lista de mais de 300 medicamentos que vão ter imposto zero e, com isso, vão ficar mais baratos.

Na lista estão medicamentos populares como losartana (usado para o tratamento de pressão alta), insulina (para o controle da diabetes), isotretinoína (para controle da acne), além de remédios para ansiedade, como Diazepan. (Veja a lista abaixo)

Como funcionaria na prática?

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os **impostos** incluídos no valor dos medicamentos são: ICMS, IPI, contribuição para o PIS/Pasep e Cofins. No entanto, o ICMS é o com maior impacto, podendo ser de mais de 20% em alguns medicamentos.

?? A Anvisa tem um painel que acompanha o preço máximo dos medicamentos comprados pelo país e a taxa de ICMS cobrada por cada um deles. (Consulte aqui)

?? No caso do medicamento para a acne, por exemplo, a isotretinoína, o valor máximo é de R\$ 287 em São Paulo com uma alíquota de ICMS de 18%. Caso o projeto seja aprovado como está, esse imposto não seria cobrado. Com o desconto, o medicamento chegaria a R\$ 229, isso sem incluir a redução de outros **impostos**. ?? O citrato de sildenafil, conhecido comercialmente como viagra, tem valor máximo de R\$ 39,23 em São Paulo com uma alíquota de ICMS de 22%. Com o projeto e o desconto desse imposto, o preço já seria reduzido para R\$ 30,59.??No caso da prednisolona, um anti-inflamatório popular, o preço máximo em São Paulo é R\$ 39,92 com ICMS de 20%. Caso o projeto seja aprovado como está, só com essa classe de imposto o medicamento ficaria por R\$ 31,93.

Além da isenção, o projeto ainda prevê imposto reduzido (correspondente a 40% da alíquota geral) para todos os outros medicamentos registrados na

Anvisa ou produzidos por farmácias de manipulação.

?? A regulamentação ainda precisa ser votada na Câmara e no Senado e, depois, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Até lá, o texto pode mudar e as mudanças não começam a valer.

Confira os remédios que podem ficar isentos de imposto:

Para encontrar, basta digitar o princípio ativo do produto no campo search abaixo. A lista não inclui os nomes comerciais dos medicamentos.

Site: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/07/11/de-viagra-a-remedio-para-a-asma-veja-lista-com-mais-de-300-medicamentos-que-podem-ficar-mais-baratos-com-a-reforma.ghtml>

Câmara começa a detalhar como vai funcionar a reforma tributária; entenda o que foi aprovado

Por Luiz Felipe Barbiéri, Kevin Lima, Paloma Rodrigues, g1 e TV Globo - Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (10) o primeiro projeto que regulamenta a **reforma tributária**.

As bases da reforma já foram aprovadas no fim de 2023, mas ainda falta estabelecer uma série de regras adicionais. Nesta quarta, a Câmara começou esse processo - o texto segue agora para o Senado.

?? Por que isso importa? A **reforma tributária** vai redefinir a forma como os **impostos** são cobrados no Brasil em todos os setores: famílias, empresas, indústrias e produtores rurais.

As mudanças não serão imediatas, e o novo modelo só entra em vigor por completo em 2033. O avanço da reforma, no entanto, envia sinais positivos a investidores e empresários e pode melhorar o cenário econômico antes mesmo de entrar em vigor.

O pacote que vem sendo discutido no Congresso muda o patamar de imposto cobrado em diversos produtos - remédios, conta de luz e alimentos, por exemplo (veja detalhes mais abaixo).

Congresso e governo, no entanto, trabalham para garantir que a carga tributária não mude - ou seja, que as mudanças não aumentem a quantidade de imposto cobrado hoje.

Para isso, o texto diz que o novo modelo, somado, deve cobrar no máximo 26,5% de imposto sobre o preço. Alguns itens terão imposto maior, e outros, menor. Na média, a carga atual deve se manter.

O governo diz, ainda, que uma das mudanças mais importantes é que os **impostos** deixam de ser cumulativos.

Ou seja: o imposto será cobrado em um único momento entre o início da produção e a venda do item ao consumidor final.

Hoje, o PIS e a Cofins (**impostos** federais) são

cumulativos. Ou seja: são cobrados quando a empresa compra a matéria-prima, e novamente quando a empresa vende o produto para a loja, e mais uma vez quando a loja vende ao cliente. A reforma acaba com essa cobrança repetida.

Sem o chamado imposto sobre imposto, os custos baixam e a eficiência da produção aumenta - e, segundo o governo, os produtos podem até ficar mais baratos.

É importante lembrar que as regras da **reforma tributária** serão aplicadas de forma escalonada nos próximos anos, e todos os seus efeitos serão sentidos ao longo do tempo.

O texto aprovado pela Câmara nesta quarta começa a definir algumas regras mais específicas para a **reforma tributária**.

Entenda, nas seções abaixo, o que o texto diz sobre:

A proposta lista alimentos da chamada cesta básica nacional, que terão alíquota zero dos novos **tributos**. São eles:

Há ainda uma lista de produtos que terão desconto de 60% sobre a alíquota dos futuros **impostos**.

São eles:

O projeto prevê que as duas listas poderão ser revisadas a cada cinco anos, pelo governo federal.

O texto propõe mudanças em relação ao mecanismo de devolução de imposto para população inscrita no Cadastro Único (CadUnico) do governo federal - o chamado "cashback".

?? Com o cashback, o imposto é cobrado normalmente na compra e, em seguida, devolvido ao comprador.

?? Com isso, o governo diz que consegue cobrar o imposto de quem pode pagar. E, em seguida, escolher quem tem direito a receber o dinheiro de volta.

?? Pela proposta, o "cashback" será destinado às famílias com renda per capita de até meio salário-mínimo e inscritas no CadÚnico.

?? O restante dos consumidores pagará o imposto normalmente, sem devolução.

O texto aumenta o percentual de devolução da CBS - o imposto sobre consumo de competência federal - para energia elétrica, água, esgoto e gás natural.

Originalmente, seriam devolvidos 50% dos **tributos** pagos. Pela nova versão, será devolvido 100% da CBS. Foi mantido, no entanto, o percentual de devolução do IBS, compartilhado entre estados e municípios.

O cashback será de 20%. Pelo parecer atual, haverá devolução de: 100% para do imposto pago no caso da CBS (IVA federal) e de 20% para o IBS (IVA estadual e municipal), no caso do gás de cozinha 100% para a CBS e 20% para o IBS, no caso de energia elétrica, água e esgoto; 20% para a CBS e para o IBS, nos demais casos.

Para o cálculo do cashback , serão consideradas as compras feitas por todos os membros da família inscrita no CadÚnico.

A devolução de **tributos** pagos em faturas energia e água, por exemplo, será feita diretamente na conta. Uma outra regulamentação definirá como será feito o cashback para as outras áreas.

A proposta estabelece quais os produtos sofrerão com a tributação do chamado "imposto do pecado".

O Imposto Seletivo - que recebeu o apelido de "imposto do pecado" - foi criado pela emenda constitucional que reformulou a tributação sobre consumo.

O tributo é aplicado sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Na prática, essa categoria terá uma alíquota maior do que a padrão - estimada em cerca de 26%.

O objetivo é desestimular, por meio da cobrança extra, o consumo desses tipos de produto.

Parlamentares do grupo de trabalho do projeto chegaram a avaliar a inclusão de armas e munições no rol de itens sujeitos ao Imposto Seletivo. Não houve, porém, inclusão desses itens na lista.

A versão mais recente do parecer de Lopes mantém a lista enviada pelo governo e a inclusão, feita pelo GT na última semana, de carros elétricos e apostas.

Portanto, estão na lista:

No caso das apostas, a cobrança valerá para as realizadas nas modalidades físicas e online, como as bets e os chamados fantasy games.

Apesar de manter a lista, duas mudanças foram introduzidas por Lopes nesta quarta. A primeira prevê limitar a alíquota do Imposto Seletivo a ser aplicada sobre minérios de ferro em 0,25%.

A segunda estabelece um regime de transição, com escalonamento de alíquotas até 2033, para o "imposto do pecado" sobre bebidas alcoólicas.

A nova versão apresentada por Reginaldo Lopes estabelece uma redução de 60% de **impostos** para todos os medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou fabricados por manipulação.

Originalmente, esse regime não existia.

O parecer prevê apenas duas categorias de remédios para orientar a tributação:

As versões anteriores do texto previam que esse imposto reduzido fosse aplicado apenas a uma lista de 850 medicamentos - que chegou a incluir remédios para disfunção erétil, vacinas e ansiolíticos.

O parecer do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), na prática, aplica a todos os medicamentos não isentos esse corte de 60% do IBS e do CBS - **impostos** que vão agregar e substituir os pagos atualmente.

Também foi mantida a isenção total a produtos para saúde menstrual, como absorventes.

Produtos de higiene pessoal e limpeza terão alíquota reduzida de 40%, como papel higiênico e escova de dentes.

No texto aprovado, operações com imóveis também estarão sujeitas à alíquota de 26,5%, mas com os seguintes descontos:

A proposta de regulamentação da **reforma tributária** estabelece uma redução de 60% da alíquota geral dos novos **tributos** sobre consumo para medicamentos, vacinas e soros de uso veterinário.

Na prática, esses itens pagarão somente 40% da alíquota da CBS e do IBS.

Nesta quarta, em mudança introduzida pelo novo parecer de Lopes, os planos de saúde para pets também foram beneficiados com uma alíquota

reduzida.

Pela proposta, os **tributos** aplicados a esse serviço serão reduzidos em 30% - ou seja, será cobrada uma alíquota correspondente a 70% do valor padrão.

A mudança é uma vitória da chamada bancada animal, composta por deputados cuja principal bandeira é a defesa da causa animal, que conseguiu incluir no relatório o desconto para itens relacionados aos animais domésticos.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/07/11/entenda-reforma-tributaria-regulamentacao.ghtml>

Lira e Padilha se reaproximam com meio de campo do União Brasil

Por Ana Flor, Júlia Zaremba, GloboNews

Com um histórico de rugas na relação, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se cumprimentaram de forma tímida na festa de aniversário do deputado Elmar Nascimento (União-BA).

A reaproximação contou com a ajuda do presidente do União Brasil, Antonio Rueda, além dos ministros da sigla Juscelino Filho (Comunicações) e Celso Sabino (Turismo).

A aprovação da **reforma tributária** pode sinalizar uma trégua entre os dois. Lira já chamou Padilha de "desafeto pessoal" e "incompetente".

A aproximação interessa a Elmar Nascimento, que busca apoios para suceder a Arthur Lira no comando da Câmara e sonha com o apoio do Planalto - o parlamentar é apontado como o favorito do atual presidente da Casa.

É mais um passo rumo a uma reconciliação. No fim de abril, em entrevista a Pedro Bial, Lira fez um mea-culpa e disse que foi um erro chamar Padilha de "desafeto pessoal".

A festa foi a segunda da semana de um candidato à presidência da Câmara e serviu como termômetro da disputa. Nesta quarta-feira (10), o PSD organizou uma confraternização em um restaurante de Brasília que serviu para impulsionar a candidatura de Antonio Brito (PSD-BA) para a sucessão na Casa.

Entre os presentes na festa de Elmar estavam ministros, parlamentares de diferentes espectros políticos.

As eleições para a presidência da Câmara serão realizadas em fevereiro do ano que vem.

VÍDEOS: mais assistidos do g1

Site: <https://g1.globo.com/economia/blog/ana-flor/post/2024/07/11/lira-e-padilha-se-reaproximam-com-meio-de-campo-do-uniao-brasil.ghtml>

Reforma Tributária: regulamentação aprovada na Câmara trava aumento do imposto sobre consumo. Entenda

Quase sete meses depois da promulgação da **Reforma Tributária**, a Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 336 votos a 142, o mais amplo projeto de regulamentação da mudança no sistema de **impostos** do país. O texto detalha o funcionamento do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) brasileiro, definindo temas como a cesta básica, o cashback e bens e serviços que terão alíquotas reduzidas, além de travar a alíquota-padrão do tributo em 26,5%.

O texto ainda vai ao Senado.

De última hora, o governo Lula mudou de ideia e decidiu apoiar a inclusão das carnes na cesta básica com alíquota zero. Esse foi um dos principais temas discutidos nos últimos dias. O texto-base chegou a ser aprovado no início da noite sem as proteínas na cesta básica, mas elas acabaram sendo incluídas por meio de um destaque do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro. O governo, portanto, aderiu a uma emenda da oposição.

A equipe econômica defendia manter as carnes fora da cesta básica, embora o próprio presidente Lula tenha se posicionado a favor da isenção. Ao aceitar a inclusão das carnes, evitou-se uma derrota para o governo e para o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que também defendia as carnes fora da cesta básica. Politicamente, integrantes do Palácio do Planalto avaliavam que incluir as carnes teria forte apelo popular.

Além do agro, o setor de supermercados e diversos parlamentares defendiam alíquota zero para carnes. O Ministério da Fazenda calculou que essa isenção teria um impacto de 0,5 ponto na alíquota-padrão, estimada em 26,5%. Por isso, resistia à mudança.

- A inclusão da carne na cesta básica vai dar um impacto grande na alíquota - afirmou Lira.

'Cashback' maior

A Câmara ainda ampliou o cashback, o mecanismo que permite devolver parte do imposto pago por famílias de baixa renda (até meio salário mínimo por pessoa). O texto original previa cashback de 50% na

Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) e de 20% no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, de estados e municípios) para luz, água, esgoto e gás natural.

O texto aprovado elevou a devolução da CBS a 100%, e o percentual do IBS poderá ser ajustado posteriormente pelos estados. O valor será devolvido na própria conta. Na compra do botijão de gás de 13 quilos, o cashback já era de 100% da CBS e de 20% do IBS.

Em uma das últimas alterações, a Câmara decidiu incluir no texto uma trava para que a alíquota não ultrapasse os 26,5% estimados pelo Ministério da Fazenda no envio da proposta, em abril. Ainda assim, o IVA brasileiro deve ficar entre os maiores do mundo.

Pela regra, será feita uma avaliação para estimar se a soma das alíquotas, que passarão a valer integralmente em 2033, resultarão em valor superior a 26,5%. Caso esta fique maior, um projeto de lei deverá ser enviado pelo Executivo propondo a redução de benefícios para setores ou produtos.

Outra alteração foi a inclusão de medicamentos populares, como antigripais, na alíquota reduzida em 60%. Aqueles que já estavam na alíquota zero, para tratamentos mais graves, permaneceram com isenção de **impostos**. Assim, todos os remédios registrados na Anvisa ou produzidos por farmácias de manipulação terão diminuição de imposto.

A Câmara ainda manteve o Imposto Seletivo sobre carros, a combustão e elétricos, mas livrou caminhões e armas de fogo dessa sobretaxa.

O projeto é o segundo passo de um longo período para a implementação completa da reforma. O texto detalha como serão implementados o IBS, que reúne ICMS e ISS, e a CBS, referente a PIS/Cofins e IPI. Juntos, ambos formam o IVA.

A votação desse texto é uma prioridade para Lira, que ainda pretende levá-lo ao plenário em agosto.

- Um tema como este dificilmente agrada a todos, é

difícil. Mas ninguém pode dizer que não houve diálogo ou amadurecimento. Precisamos de um sistema mais justo, que tire o Brasil deste manicômio tributário - disse Lira.

Nos últimos momentos da votação da regulamentação da **Reforma Tributária** ontem, a Câmara dos Deputados decidiu incluir as carnes na cesta básica com alíquota zero. A medida havia ficado fora do texto-base, mas os parlamentares conseguiram apoio a uma emenda destacada em plenário para acrescentar as proteínas animais na isenção total de **impostos**.

- Estamos acolhendo no relatório da reforma todas as proteínas - disse o relator, Reginaldo Lopes (PT-MG).

Appy: decisão política

Depois da votação, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que a inclusão das carnes na cesta básica zerada terá impacto superior a 0,53 ponto percentual na alíquota-padrão, estimada em 26,5%:

- Foi uma decisão política.

Entraram na cesta básica ainda, na votação:

Além desses produtos, já estavam na cesta:

Antes da votação, a Câmara havia incluído os medicamentos mais populares, como antigripais, analgésicos e remédios para diabetes, na alíquota reduzida de 60%. Aqueles que já estavam na alíquota zero, para tratamentos mais graves, permanecem.

A inclusão dos medicamentos entre os itens com alíquota menor foi uma reivindicação do setor farmacêutico. Um levantamento de associações farmacêuticas apontou que mais da metade dos medicamentos mais consumidos no país estaria fora das alíquotas reduzidas.

Como a alíquota-padrão da reforma está estimada em 26,5%, os medicamentos com alíquota reduzida terão imposto de 10,6%.

Lopes havia acrescentado no texto-base a possibilidade de as empresas obterem créditos tributários com o pagamento de plano de saúde para os funcionários a partir do recolhimento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, que unifica ICMS e ISS, de estados e municípios) e da Contribuição de Bens e Serviços (CBS, que une PIS, Cofins e IPI, federais).

A versão anterior do texto, proposta pelo governo, dizia que as empresas não teriam qualquer vantagem

ao pagar planos de saúde para seus funcionários. O deputado ainda incluiu uma redução de 30% na alíquota de planos de saúde para animais domésticos.

Fundos de Previdência

A versão final do relatório também livrou de tributação os fundos de pensão complementar fechados (das estatais e aqueles criados por empresas para seus funcionários). Segundo cálculos do setor, a medida causaria perda de 10,92% no valor do benefício que o participantes teriam a receber no futuro.

A taxação estava prevista no projeto enviado pelo Executivo e havia sido mantida no relatório do grupo de trabalho que analisou a matéria. A concessão ao setor foi uma decisão política, para ajudar na aprovação.

Hoje, essas entidades recolhem apenas PIS/Cofins na etapa administrativa, ou seja, na gestão dos recursos. Ainda assim, essa tributação está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). Os participantes dos fundos de previdência também não pagam Imposto de Renda na acumulação das reservas, somente ao sacar o benefício.

Em nota, o presidente da Petros, Henrique Jäger, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras e segunda entidade do tipo no país, considerou a decisão final acertada:

"A Petros, assim como outras entidades do setor de **previdência complementar** fechada, é uma fundação sem fins lucrativos. Nosso papel é cuidar da aposentadoria e do futuro dos nossos participantes. Não vendemos produtos, não vendemos serviços, somos administradoras dos recursos dos participantes. Não fazia sentido sermos equiparados com bancos e demais instituições financeiras, que atuam no segmento privado".

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/11/reforma-tributaria-regulamentacao-aprovada-na-camara-trava-aumento-do-imposto-sobre-consumo-entenda.ghtml>

Fazenda propõe aumento da alíquota da CSLL

Caetano Tonet, Julia Lindner e Estevão Taiar De Brasília

Integrantes do Ministério da Fazenda sugeriram ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aumentar a alíquota da Contribuição Social Sobre Lucro líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas, como forma de compensar a desoneração da folha de salários de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios com até 156 mil habitantes. Pacheco informou, no entanto, que ainda não há acordo em relação à proposta.

"Não há definição ainda em relação a isso. O importante desse projeto é materializar o acordo como foi feito, com a reoneração gradativa ao longo do tempo, mantendo 2024 como está hoje e adotar aqueles programas que eu acredito que são suficientes para fazer frente a desoneração", declarou o presidente do Senado em entrevista a jornalistas, após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto, em busca de um entendimento.

O encontro ainda teve a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner.

Governo e Congresso têm até o dia 19 de julho para chegar a um acordo sobre a desoneração. Esse foi o prazo concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) aos dois Poderes, após o impasse em torno do tema. Caso uma solução não seja alcançada, passa a valer a decisão da Corte que prevê a reoneração dos setores já neste ano.

A ideia da equipe econômica seria aumentarem um ponto percentual as alíquotas da CSLL. O governo estima que, com isso, seria possível acumular R\$ 17 bilhões a mais por ano.

Atualmente, a CSLL tem três alíquotas setoriais, que variam de 9% até 21%. De acordo com pessoas próximas a Pacheco, ele vê a ideia da Fazenda com resistência por envolver a elevação de tributos.

A proposta foi apresentada a Pacheco na semana passada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, que tem representado Haddad nas reuniões sobre o tema. Reservadamente, a equipe econômica tem alegado que a decisão de

qual medida de compensação será usada cabe ao Congresso, e que a Fazenda tem dado apenas suporte técnico.

Pacheco já apresentou quatro propostas para compensar a desoneração, como a repatriação de recursos do exterior, a atualização de ativos, a criação de um programa de renegociação de dívidas (Refis) das multas aplicadas pelas agências reguladoras e a taxa para compras internacionais de até US\$ 50, a chamada taxa das "blusinhas".

À noite, Haddad afirmou que Pacheco tem tido "sensibilidade em relação ao tema e afirmou que a equipe da Fazenda enviaria mais informações ao Senado.

"Tem havido sensibilidade do presidente Rodrigo Pacheco e tem uma decisão do Supremo, que nós temos que cumprir, ela está em linha com o que pensa a área econômica, de buscar o equilíbrio nas contas públicas", disse Haddad a jornalistas.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes. É um modelo de substituição tributária, em que segmentos afetados contribuem com uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre salários. Juntos, os 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%. O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Lula. Mais tarde, o veto presidencial foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração, entre outros pontos da agenda fiscal.

Após acordo, o governo propôs um projeto que prevê a manutenção da desoneração neste ano e taxaço progressiva a partir de 2025.

"O importante desse projeto é materializar o acordo"

Rodrigo Pacheco

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187925?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187925?page=1§ion=1)**

Bolsonaro teria usado 15 servidores para liberar joias

O governo de Jair Bolsonaro (PL) acionou pelo menos 15 servidores nos dias finais do mandato do então presidente para tentar liberar as joias presenteadas pela Arábia Saudita e retidas na alfândega do aeroporto de Guarulhos, segundo investigação da Polícia Federal. O relatório do inquérito das joias aponta que, em cerca de duas semanas, foram mobilizados sete ocupantes de altos cargos da **Receita Federal**, quatro ajudantes de ordens da Presidência, três integrantes do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência e um funcionário da Secretaria-Geral da Presidência.

Em dado momento, o chefe da Receita determinou a um subordinado: "Bota todo mundo para trabalhar para a gente". Os investigadores afirmam que houve "uma operação, até certo ponto desesperada, para tentar subtrair as joias femininas retidas pela **Receita Federal**, em tempo hábil a despachá-las no avião presidencial, que decolaria no dia 30 de dezembro de 2022, com destino aos Estados Unidos".

O material havia sido apreendido em setembro de 2021, com um assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Numa viagem à Arábia Saudita, o ministro recebeu um kit de joias femininas da marca Chopard, contendo um colar, um par de brincos, um anel e um relógio de pulso. No relatório final do caso, os policiais dizem suspeitar que a operação para liberar essas joias tinha o objetivo de vendê-las nos Estados Unidos, assim como outros presentes dados a Bolsonaro.

A Polícia Federal indiciou o ex-presidente sob a afirmação de que houve desvio ou tentativa de desvio de itens cujo valor de mercado chega a R\$ 6,8 milhões. A operação para recuperar os bens retidos no aeroporto de Guarulhos começou em 14 de dezembro de 2022, depois que Bolsonaro procurou o então chefe da **Receita Federal**, Julio Cesar Vieira Gomes.

Em depoimento à PF, ele disse que aquela "foi a primeira vez que tomou conhecimento do assunto". O próprio Vieira Gomes afirma que, naquela data, procurou sua chefe de gabinete para tratar do tema. A partir de então, a tentativa de liberar as joias se espalhou pela Receita.

De início, a chefe de gabinete de Vieira Gomes encaminha um email para o subsecretário de

Administração **Aduaneira** "para saber sobre a situação desses bens". Em seguida, a demanda é enviada à Superintendência Regional da **Receita Federal** da 8ª região Fiscal, responsável por São Paulo, onde está localizado o aeroporto de Guarulhos. O superintendente daquele órgão responde que o conjunto de joias teve decretado o perdimento, pena aplicada no caso da importação irregular de bens após o prazo para a defesa do viajante. Depois de tomar conhecimento da informação, o chefe da 8ª Região Fiscal encaminha a resposta para o subsecretário de Gestão Corporativa, responsável pelos bens com perdimento.

Também recebe a informação o chefe da Coordenação-Geral de Programação e Logística da Receita, "que cuida da parte de destinação de mercadorias". Até este ponto, já estavam no circuito cinco funcionários em cargos de chefia ou em gabinetes relevantes da Receita, além do próprio chefe do órgão. Muitos dos funcionários relatavam pressa em resolver o caso e liberar as joias, conforme apontam mensagens obtidas no inquérito.

Vieira Gomes disse aos policiais que Bolsonaro telefonou no dia 27 de dezembro e perguntou novamente sobre o material retido no aeroporto. Ele afirmou ainda que o chefe da Ajudância de Ordens da Presidência, tenente-coronel Mauro Cid, ligou no mesmo dia "para saber quais medidas deveriam ser tomadas para incorporação dos bens ao patrimônio do acervo público da Presidência da República." Naquela data, Cid aciona o Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência. O tenente-coronel telefona para o chefe do órgão, Marcelo Vieira, e pede que ele envie um ofício à Receita com pedido de incorporação das joias ao acervo presidencial.

O responsável pelo gabinete afirma, então, que não tem atribuição para fazer esse pedido. Cid pede que Marcelo Vieira passe a informação ao próprio Bolsonaro, por viva voz. O chefe do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica ainda consulta um subordinado sobre o procedimento. Ele sugere que seja constatado mais um personagem: o secretário de Administração da Secretaria-Geral da Presidência. Numa mensagem de áudio para seu subordinado, Marcelo Vieira ainda relata o envolvimento direto de Bolsonaro: "Até o presidente veio falar comigo, pra tu ter noção".

DEFESAS

A defesa de Vieira Gomes disse não ter tido acesso ao relatório da PF e que seu cliente não praticou qualquer crime, sendo que isso já teria sido demonstrado à corporação. O advogado de Marcelo Vieira afirmou que o indiciamento é resultado "de uma desmedida tentativa de perseguição a outras pessoas" e que as atividades de seu cliente no Gabinete Adjunto de Documentação Histórica "foram realizadas no sentido de manter total zelo e cuidado" com bens públicos. A defesa de Mauro Cid foi procurada e decidiu não se manifestar. O advogado de Jair Bolsonaro disse que o inquérito é "insólito" e que o ex-presidente "em momento algum pretendeu se locupletar ou ter para si bens que pudessem de qualquer forma, serem havidos como públicos".

Site: <https://digital.em.com.br>

Governo estuda "gatilho" em projeto para desoneração

GABRIEL HIRABAHASI

O governo sugeriu ao Congresso uma espécie de "gatilho" para que o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) seja possível apenas quando a arrecadação com as medidas propostas pelo Senado para compensar a desoneração da folha de pagamento se mostrar insuficiente, apurou o Estadão/Broadcast.

A sugestão foi feita pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ontem em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Diante da insistência de Pacheco de que as quatro propostas apresentadas pelo Congresso seriam suficientes para cobrir a renúncia fiscal da desoneração, Haddad fez a seguinte proposta: a **Receita Federal** calcularia, depois de dois meses, quanto foi arrecadado com as quatro medidas já anunciadas pelo Senado. Caso o montante se mostrasse insuficiente para compensar integralmente a desoneração, o governo aplicaria então o aumento na CSLL.

AVAL DO STF. Essa equação tem alguns impasses, além do aumento do tributo em si. Um deles é que nesse desenho, contando os dois meses usados para calcular o resultado da arrecadação e a noventa para a nova alíquota entrar em vigor, o ano de 2024 teria se encerrado ou estaria perto de terminar.

Por isso, uma alternativa citada no encontro do Planalto seria buscar um entendimento com o Supremo Tribunal Federal (STF) para que a compensação da desoneração como um todo (de 2024 a 2027) fosse considerada uma só. Assim, não seria preciso cobrir a renúncia fiscal de 2024 com uma nova receita neste ano necessariamente, mas ao longo dos próximos três anos.

Um valor que vem sendo citado em algumas discussões para o período completo é de R\$ 50 bilhões de renúncia.

O Ministério da Fazenda, contudo, resiste à proposta pois acredita que esse entendimento prejudicaria o resultado primário - afinal, não haveria um "tampão"

para o "rombo" de cerca de R\$ 17 bilhões a R\$ 18 bilhões que seria deixado pela desoneração em 2024.

O desenho completo dessa equação não está definido, mas, segundo pessoa próxima da discussão, deve estabelecer que o governo poderá aumentar a alíquota da CSLL caso a meta de arrecadação não seja atingida após um período necessário para a **Receita Federal** calcular o dinheiro que entra no caixa.

A desoneração da folha de pagamentos foi instituída em 2011 para 17 setores que, juntos, empregam 9 milhões de pessoas, com a substituição da contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

O Palácio do Planalto ainda avalia como essa operação poderia ser autorizada - se por medida provisória, no próprio texto do projeto, ou por decreto.

Cálculo

Estimativa é de que, entre 2024 e 2027, renúncia fiscal com a desoneração chegue a R\$ 50 bilhões

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Taxação de 'big techs' pode ajudar na inclusão digital



Juscelino Filho. Ministro das Telecomunicações participou do seminário em Brasília

BERNARDO LIMA bernardo.lima@bsb.oglobo.com.br
BRASILIA

Mais de 23 milhões de brasileiros acima dos 10 anos não conseguem usar tecnologias como internet, redes sociais e aplicativos de celular, de acordo com dados do governo. Entre as alternativas para reduzir a disparidade tecnológica em escala nacional, especialistas apontam que a taxação das grandes empresas provedoras de serviços digitais pode ajudar o Brasil a avançar na inclusão digital e levar a internet à parcela da população que atualmente não tem acesso a esses serviços.

Segundo o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, o caminho para conectividade não é apenas uma questão de acesso à internet, mas sim de garantir que as pessoas tenham acesso a oportunidades geradas no meio on-line. Para o ministro, a taxação das chamadas big techs tem um papel fundamental nesta questão.

-Essas big techs, como Google, Apple, Facebook e Amazon, entre outras, desempenham um papel crucial na formação do nosso futuro digital. Consideramos ser fundamental que essas empresas contribuam de maneira justa para o financiamento de políticas públicas de inclusão digital no nosso país, principalmente para os cantos mais remotos e trazendo a promessa de uma internet significativa para a população mais carente do Brasil -ressaltou Juscelino Filho.

Ontem, o ministro participou do seminário "Tecnologia das Comunicações", realizado pela Editora Globo com

apoio da Brisanet e da Surf, com o intuito de debater os caminhos para a inclusão digital na sociedade brasileira e o papel das big techs na construção dessa realidade. O seminário reuniu autoridades da política e especialistas do setor para discutir os melhores caminhos para a redução da disparidade tecnológica em escala nacional.

Esta discussão em torno da taxação das big techs, destacou o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, já acontece em outros países, inclusive no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OC-DE), em debate do qual o governo brasileiro participa.

- É economicamente inviável levar a inclusão digital para todos os cantos do país sem algum tipo de justiça tributária, uma justiça distributiva dos recursos. Não me parece razoável que as maiores empresas do mundo, que mais ganham dinheiro com isso, não participem desse esforço -disse.

DISCUSSÃO GLOBAL

Países como Itália, Espanha, Portugal, Reino Unido e Alemanha já implementaram de forma unilateral a tributação específica das empresas prestadoras de serviços digitais e criaram formas alternativas de auferir essa tributação, focadas principalmente nas big techs.

-(Na Itália) É um modelo autodeclaratório, ou seja, as empresas que faturam acima de 750 milhões de euros e que têm uma quantidade de usuários no país passam a ser obrigadas a declarar qual a receita no país e quanto seria o valor da arrecadação -explicou o professor da Universidade de Brasília Bruno Vinícius Ramos Fernandes.

Um dos desafios enfrentados para alcançar a inclusão digital é a infraestrutura da telecomunicação brasileira. Neste âmbito, o governo anunciou que, dentro do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está previsto o aporte de R\$ 27,9 bilhões em inclusão digital e conectividade nos próximos anos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

CGU apura ação de ex-chefe da Receita no caso das joias



Vieira Gomes: ex-chefe da Receita tentou acelerar liberação das joias, diz PF

Isadora Peron De Brasília

Além da investigação da Polícia Federal (PF), o ex-chefe da **Receita Federal** Julio Cesar Vieira Gomes também é alvo de um procedimento interno aberto pela Controladoria-Geral da União (CGU), que apura a sua participação na operação para liberar as joias sauditas apreendidas no Aeroporto de Guam-Ihos (SP). A avaliação é que as novas revelações do inquérito, inclusive prints de trocas de mensagens, reforçam a suspeita de que ele atuou para que o conjunto de peças em ouro branco chegasse às mãos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Gomes deixou a carreira de auditor fiscal no ano passado, mas, mesmo assim, a investigação continua e ele pode vir a ser punido, de acordo com o regime jurídico dos **servidores públicos**. Procurada, a CGU não se manifestou.

O kit era composto por um colar, um par de brinco, um anel e um relógio da marca Chopard, além de uma escultura de um cavalo dourado. Eles foram dados por autoridades da Arábia Saudita ao então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, durante uma viagem oficial realizada em outubro de 2021. Os objetos, que estavam na mochila de um assessor da pasta, foram retidos pela **Receita Federal** ao chegarem ao Brasil.

Gomes foi um dos 12 indiciados no processo. Além dos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e associação criminosa, ele foi acusado pela prática do crime funcional de advocacia administrativa. Para a Polícia Federal, o ex-chefe do Fisco patrocinou "diretamente os interesses privados de Jair Bolsonaro perante a **Receita Federal do Brasil**, com o objetivo de incorporar, ilegalmente, os bens ao patrimônio pessoal do ex-presidente".

Na segunda-feira, o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes retirou o sigilo do relatório da PF sobre o caso. O documento mostrou que, nos últimos dias do governo Bolsonaro, houve uma operação, "até certo ponto desesperada", para tentar recuperar as joias retidas pela Receita em tempo hábil para despachá-las no avião presidencial, que decolaria no dia 30 de dezembro de 2022 aos Estados Unidos.

A PF apontou que, a partir de 14 de dezembro daquele ano, "iniciou-se uma sucessão de atos para tomar conhecimento da situação dessas joias e escultura pelo gabinete do então Secretário Especial da **Receita Federal**".

Em depoimento, Gomes afirmou que foi abordado pessoalmente sobre o assunto por Bolsonaro, durante uma reunião no Palácio da Alvorada. Ele, então, pediu que o caso fosse levantado internamente e transmitiu as informações ao tenente-coronel Mauro Cid, que atuava como ajudante de ordens da Presidência.

Ele contou ainda que, em 27 de dezembro de 2022, recebeu nova ligação de Bolsonaro e que, mais uma vez, ele perguntou sobre a situação das joias. Nesse mesmo dia, Cid ligou para Gomes para saber quais medidas deveriam ser tomadas para recuperá-las.

Segundo os investigadores, o ex-chefe da Receita foi o autor de um ofício usado para facilitar a incorporação das joias e procurou, ele mesmo, servidores do órgão para acelerar o processo. Ele também conversou com Cid, em 31 de dezembro de 2022, sobre o assunto. "Avisou o presidente que vamos recuperar os bens?", perguntou no WhatsApp.

De acordo com o relatório, porém, "o crime não se consumou pela atuação profissional e técnica dos servidores da **Receita Federal do Brasil** que não

aceitaram as pressões e evidenciaram o desvio de finalidade nos atos praticados pelos investigados".

A defesa de Gomes refuta o relatório da PF e afirma que o ex-secretário demonstrou "de forma cabal" em suas oitivas que jamais praticou qualquer crime, nem pretendeu "beneficiar indevidamente quem quer que fosse". Diz que o procedimento da CGU está em curso e "também lá a legalidade da atuação de Júlio César será reconhecida".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187925?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187925?page=1§ion=1)**

Corretora deve reter IR sobre rendimentos com cessão de criptoativos



Advogado Thiago Wanderley: empresas não estavam cientes dessa tributação e muito menos as pessoas físicas

Adriana Aguiar De São Paulo

A **Receita Federal** entende que as exchanges ou "corretoras de criptoativos" são responsáveis por reter o Imposto de Renda (IRRF) sobre rendimentos pagos a pessoas físicas pela cessão de moedas virtuais. Deve incidir, segundo o órgão, a alíquota da tabela regressiva de tributação - que varia de 22,5% a 15%, a depender do tempo da aplicação. A determinação está na Solução de Consulta nº 184, editada recentemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) para orientar toda a fiscalização do país.

A orientação serve de alerta para o mercado de criptoativos. De acordo com Thiago Barbosa Wanderley, advogado tributarista e sócio do Salles Nogueira Advogados, doutorando em tributação de criptomoedas pela USP, muitas empresas pagaram rendimentos em criptoativos e não realizaram a retenção na fonte do Imposto de Renda.

"Podem [as exchanges] sofrer penalidades, bem como as pessoas físicas podem vir a ser cobradas pelo imposto que já se encontra em aberto", diz o especialista. As corretoras podem estar sujeitas ao recolhimento do Imposto de Renda não retido, além de multa de ofício de 75% e juros Selic.

Na cessão, o investidor empresta seus ativos digitais a uma empresa e recebe um valor menor em troca.

Até o mês de abril, não havia posicionamento da **Receita Federal** sobre como essas operações deveriam ser tratadas.

Somente por meio da Solução de Consulta Cosit nº 86, o órgão se manifestou no sentido de que a cessão temporária de criptoativos deve ser tributada como rendimento em aplicações de renda fixa e não como aluguel, como acreditavam alguns contribuintes.

No caso, a consulta foi feita por uma empresa optante do Simples Nacional que atua em atividades auxiliares de serviços financeiros. Em troca da cessão, recebia uma remuneração de 8% do valor dos ativos.

Depois desse posicionamento, segundo advogados, passou a ser esperado que a Receita entendesse que incide IRRF sobre esses rendimentos, por parte das exchanges, o que foi confirmado nessa nova solução de consulta - que foi feita por uma pessoa física que cede seus criptoativos e recebe 3% do seu valor ao mês, como rendimento.

Na resposta ao contribuinte, a **Receita Federal** destaca que, conforme já definido na Solução de Consulta nº 86, esses ganhos com cessão de criptoativos são considerados como rendimentos em aplicações de renda fixa.

"Nesse cenário, conclui-se que os bens recebidos como retribuição pela cessão temporária de criptoativos consubstanciam rendimentos sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda, devendo ser avaliados em dinheiro pelo valor de mercado que tiverem na data do recebimento e tributados no mês em que forem recebidos", diz o órgão na Solução de Consulta Cosit nº 184.

A Receita transcreve, no texto, o artigo 788 e parte dos artigos 790 e 791 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018) e ainda parte do artigo 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.585, de 2015, que dispõem sobre o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiro e de capitais.

Destaca que "extraem-se dos dispositivos que os rendimentos pagos por pessoa jurídica domiciliada no Brasil (custodiante) a pessoa física a título de retribuição pela exploração de criptomoedas fungíveis

sujeitam-se à retenção exclusiva na fonte às alíquotas apresentadas no item 20 acima, estabelecidas no artigo 10 da Lei nº 11.033, de 2004".

destaking" Raphael Lavez

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187924>

Dessa maneira, segundo o Fisco, nessas operações de cessão de criptoativos, caberia à exchange reter o Imposto de Renda, ao pagar o rendimento mensal ao titular do criptoativo. Nesse caso, "o rendimento pago em criptoativo deve ser avaliado pelo valor de mercado que tiver na data do recebimento, independentemente da ocorrência do efetivo saque em moeda fiduciária".

Sobre esses valores, se aplica a tabela de alíquotas adotada para rendimentos de aplicações financeiras. Ela tem quatro faixas progressivas, que variam de 22,5%, para aplicações com prazo de até 180 dias, a 15%, para aplicações com prazo superior a 720 dias. Essas alíquotas estão previstas no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei nº 11.033, de 2004.

De acordo com Thiago Wan-derley, esse posicionamento da **Receita Federal** era esperado, desde a Solução de Consulta nº 86, que tratou de cessão de criptoativos, mas envolvia uma empresa e não uma pessoa física. Para ele, o órgão tem deixado claro que não importa se a operação é realizada com criptoativos. É necessário, acrescenta, averiguar qual o negócio jurídico firmado entre as partes, o que no caso, seria semelhante a rendimento em aplicação de renda fixa.

"Isso não estava claro para o investidor. As empresas que oferecem o serviço não estavam cientes da tributação dessa forma e muito menos as pessoas físicas", diz Wanderley. "Por isso é importante que regularizem as situações passadas sob pena de fiscalização." O advogado Raphael Lavez, do Lavez Coutinho Advogados, concorda que, desde a Solução de Consulta nº 86, havia essa especulação no mercado sobre a tributação. Embora tenha crescido o número de pessoas jurídicas, destaca, a maioria das operações de cessão de criptomoedas é feita com investidores pessoas físicas, que não sabem que deve ser feita essa retenção de Imposto de Renda pelas exchanges.

Com a consulta, contudo, fica a dúvida, segundo Lavez, se essa tributação também envolve a chamada "operação de staking"-que remunera usuários que mantêm depositados seus criptoativos nas exchanges, para dar lastro à operação, e que em contrapartida recebem rendimentos. Nesses casos em que esses ativos ficam congelados, afirma o advogado, não está claro se a Receita entende ou não que se trata também de cessão.

"Fica a dúvida se essa tributação envolve a operação

Tripé mal das pernas

» ROSANA HESSEL

Ao longo dos 30 anos do Plano Real, o tripé macroeconômico tem sido a base para a longevidade da atual moeda brasileira mas, mantê-lo equilibrado tem sido um desafio contínuo nessas três décadas. Composto por três princípios para a condução da política econômica: câmbio flutuante, meta de **inflação** e equilíbrio fiscal, o tripé segue com a terceira perna bamba desde o início, pois não foi possível fazer o ajuste das contas públicas previsto desde 1994.

De acordo com especialistas ouvidos pelo Correio, essa perna manca do tripé precisa ser olhada com mais cuidado, pois as despesas seguem crescendo em ritmo mais acelerado do que o da receita, desequilibrando as contas públicas.

O economista e ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, um dos pais do Plano Real, reconhece que, ao longo dos anos, a perna manca do tripé sempre foi a política fiscal. "É muito difícil manter o barco andando com o rombo no casco. Assim é a política fiscal. A gente pode fazer uns truques para manter a coisa andando.

Acho difícil reduzir o rombo do casco bastante para poder o navio navegar e flutuar.

Mas não tem milagre.

No fim das contas, tem que parar o rombo", frisa o sócio-fundador da Rio Bravo Investimentos.

Ele também recorda da tentativa frustrada do governo Dilma Rousseff de mudar o tripé, com a Nova Matriz Macroeconômica.

"Foi um fracasso tão retumbante que eles recuaram da mudança e fazem de conta que nunca aconteceu essa tentativa", ressalta.

"Isso, basicamente, era uma licença para gastar e ocultando o resultado com pedaladas e controlando a **inflação** com o controle de preços de energia e petróleo", completa outro pai do Plano Real, o economista Edmar Bachaem referência à Nova Matriz Macroeconômica.

Simão Davi Silber, economista e professor da Universidade de São Paulo (USP), reforça que o tripé macroeconômico está manco desde o começo do Plano Real. "Eu diria que ele é tetralógico, porque,

enquanto o governo pode aumentar a carga tributária para fazer o ajuste fiscal, ele aumentou. Então, teve aumento do Imposto de Renda", ressalta.

Silber cita como exemplos o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição Para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). "Essa foi a primeira etapa. Quando não deu para aumentar o imposto, eles começaram a aumentar a dívida do governo. Agora, a dívida do governo é grande. E, a última opção é voltar para a **inflação** e começar a emitir dinheiro para pagar a conta", acrescenta.

De acordo com o ex-presidente do Banco Central, não dá mais para fechar essa conta pelo lado dos **impostos** ou tentar equilibrar pelo lado da receita, como o atual governo tentou. "Todos estão descobrindo que não dá, porque já se paga o imposto e, ao mesmo tempo, tem uma sensação de excesso de gasto. Qualquer pessoa que se aproxima do setor público brasileiro vê que é muito grande e muito caro e poderia ser menor e mais barato", explica Franco.

Negacionismo Para Gustavo Franco é importante identificar os economistas que criticam a defesa do tripé, que são os "pró-rombos" ou os "negacionistas": aqueles que acham que o deficit das contas públicas não tem importância, ou que não existe.

"Tem uma pessoa que diz que não tem deficit na **Previdência Social**. Alguns dizem que o deficit fiscal não é importante, é coisa dos rentistas e financistas. Está cheio desses negacionistas por aí. Felizmente, eles são muito menos numerosos e são levados menos a sério que no passado.

Mas ainda existem e ainda são influentes no Congresso Nacional", afirma o ex-presidente do BC.

O economista José Ronaldo de Castro Souza Jr., professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), acredita que o governo não deverá cumprir a meta fiscal deste ano e do ano que vem. "Isso já está bem claro. E vamos caminhar para um crescimento da dívida pública.

Isso tem prejudicado a curva de juros, aumentado os juros, o que vem pressionando o câmbio, o que vai pressionar ainda mais os juros e isso reduz o crescimento.

Então, o que a gente está vendo é exatamente isso,

políticas que aparentemente estimulam o crescimento que podem já, a partir do ano que vem, passar a desestimular o crescimento e não ao contrário", alerta.

De acordo com Souza Jr., com a volta da vinculação dos pisos de Saúde e Educação, em relação à receita, está mais difícil para o governo cumprir a nova regra fiscal, mesmo depois do afrouxamento da meta em abril.

"É muito difícil voltar ao equilíbrio do resultado primário. Porque a receita cresce, mas a despesa tem que crescer junto. Fica bastante complicado e vai acabar inviabilizando o arcabouço que já é, digamos assim, uma mudança em relação ao teto, que dificultou bastante o reequilíbrio fiscal", afirma. "Se você somar a vinculação dos pisos de saúde e educação com a receita, mais o aumento real do salário mínimo que está indexado ao crescimento do **PIB**, isso daí gera naturalmente um aumento dos gastos obrigatórios que inviabiliza a própria regra fiscal", alerta.

O professor do Ibmec, contudo, também reconhece que um dos maiores problemas desse quadro fiscal, cada vez pior, é a falta de cortes de despesas. Ele reconhece que o recente anúncio de corte de gastos obrigatórios de R\$ 25,9 bilhões no Orçamento do ano que vem, mesmo sem dar detalhes, é uma sinalização positiva da atual gestão. "Até agora, não ouvimos o governo falar em redução de gastos. O governo só apostava em aumento de receita. Então, é um avanço.

Mas é um valor tímido ainda. Espero que isso tenha outros desdobramentos e a gente consiga avançar nessa discussão", afirma.

Problema estrutural Souza Jr. resalta que a questão fiscal é um problema estrutural no Brasil e sempre foi. "Quando do Plano Real, isso ficou mais claro, porque você tirou aquele ganho do chamado imposto inflacionário, com a emissão de moeda, então isso só ficou mais claro para todos. Foram tomadas algumas medidas para evitar um caos naquele momento, mas, ainda assim, eram questões mais temporárias e havia uma questão estrutural da Constituição Federal, que gerava um aumento de gasto social e isso foi sendo, digamos, contrabalançado, com aumento de receita, só que isso tem um limite.

E na hora que esse limite chegou, a gente teve uma crise que foi a crise de 2014 a 2016", destaca o professor do Ibmec.

Analistas são unânimes em alertar para o risco da volta da **inflação** como alternativa para o governo cobrir os **rombos** que seguem crescendo. E, para evitar que essa **inflação** se transforme novamente em

hiperinflação, é importante que a população perceba sobre esse risco no radar, segundo eles.

"E é por isso, que o mercado reage e a população acaba reagindo também. E, o governo, de uma forma ou de outra, acaba tendo que reagir, como reagiu agora anunciando o corte de gastos, porque o aumento de gasto é real. Ponto. Isso daí não foi inventado por ninguém. Isso foi feito. Então, qualquer um que acompanha política fiscal de perto sabe que quando foi anunciado aumento real de salário mínimo quando foi anunciada volta de piso indexada à receita que só teria um resultado aumento de gasto e dificuldade de ajuste fiscal. Ponto. Então, isso aí não foi inventado pelo mercado, não foi. Na verdade, o mercado demorou para perceber o impacto disso", complementa Souza Jr.

Sociedade vacinada O ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria, Maílson da Nóbrega, reconhece que a perna fiscal segue sendo o calcanhar de Aquiles da política econômica, mas não vê o risco de o Brasil voltar a ter uma hiperinflação, porque a sociedade está vacinada contra ela e sabe que isso é muito ruim. "O risco de uma hiperinflação não está no radar, mas o país ainda pode enfrentar uma crise fiscal séria que leve a um ressurgimento da **inflação** alta", alerta.

"A sociedade brasileira aprendeu a odiar a **inflação**, isso leva a uma mobilização, podendo criar um ambiente social e político favorável para uma reforma séria que dose o sistema orçamentário brasileiro de um sentido de sensatez, porque hoje é insensato.

Hoje, estamos vendo a dificuldade de cortes no Orçamento.

Quando se consideram os investimentos, que o Lula diz que não vai cortar, os gastos obrigatórios chegam a 96% do total da receita.

E, como o gasto previdenciário vem crescendo a um ritmo superior ao das demais despesas, vai ser impossível dotar as unidades orçamentárias do mínimo necessário para o seu funcionamento.

Isso a gente já estamos vendo agora. Falta dinheiro para o seguro rural, falta dinheiro para o licenciamento do Ibama.

Daqui a pouco, faltará dinheiro para o custeio das Forças Armadas e de bolsas de estudo no exterior.

Isso tudo vai tornar a tarefa de gerir o Orçamento impossível.

Isso se tornará fonte de tensões internas sobre a

equipe econômica", alerta.

Maílson destaca que há cálculos em que os gastos obrigatórios chegarão a mais de 100% das despesas primárias em 2032, mas, dados do Ministério do Planejamento também confirmam que isso ocorrerá em em 2027.

"Está claro que manter a vinculação do salário mínimo ao gasto previdenciário, em 10 anos, custará R\$ 1,3 trilhão. Isso vai eliminar todas as economias da Reforma da Previdência, que foram de R\$ 800 bilhões", alerta. "O Lula não admite e o PT condena isso.

Mas nós estamos em um buraco e o PT cava mais", lamenta.

De acordo com o economista e consultor Roberto Luis Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o tripé macroeconômico, colocado como base da política macroeconômica após a crise no início de 1999, na primeira crise do Plano Real, funcionou bem nos primeiros anos. "A relação dívida pública/**PIB** caiu nos 10 anos seguintes e o Brasil enfrentou as crises internacionais de 2001 e 2008 com facilidade", explica.

Ele destaca, no entanto, que, a partir de 2006, foi gradualmente abandonado e a consequência foi uma perda de vitalidade da economia brasileira a partir de 2010. "A adoção de políticas macroeconômicas sustentáveis depende apenas de vontade política.

Os benefícios a médio prazo é fato, a questão é que os custos são políticos, a curto prazo. Poucos políticos querem arcar com eles", lamenta Troster.

A economista e especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ressalta que o grande problema do tripé é a falta de uma meta fiscal mais crível. E, nesse sentido, ela também não poupa críticas ao novo arcabouço fiscal, que acabou que deve piorar o quadro das contas públicas, em vez de melhorar. "Essa regra não é boa, porque trabalha com bandas, e, na verdade, a única meta que importa é que aciona o mecanismo de contingenciamento e ninguém está preocupado com uma meta superior. O que importa é, sempre, se você vai descumprir a meta fiscal mínima, você usa a banda inferior e esta meta não existe na prática", lamenta. "O grande problema fiscal é a meta fiscal, e não só o desenho da meta atual é ruim, mas o próprio atingimento tem se mostrado cada vez mais problemático", ressalta a economista.

"Alguns dizem que o deficit fiscal não é importante, é

coisa dos rentistas e financistas. Está cheio desses negacionistas por aí.

Felizmente, eles são muito menos numerosos"
Gustavo Franco, ex-presidente do BC

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6169/11-07-2024.html?all=1>

Para entender mais

Criado em 1999 para ser a base de um crescimento sustentável, o tripé macroeconômico é um conjunto de três pilares fundamentais para a política econômica de um país, destaca o economista Roberto Luis Troster:



1 Câmbio flutuante: a taxa de câmbio da moeda nacional precisa variar de acordo com a oferta e demanda no mercado cambial, sem interferência direta do governo ou do Banco Central. Isso contribui para ajustes na competitividade internacional do país e protege-o de choques externos.

2 Metas de inflação: o Conselho Monetário Nacional (CMN) define metas anuais para o índice de inflação que precisam ser cumpridas pelo Banco Central. O indicador da inflação oficial é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O controle da inflação é crucial para garantir o poder de compra da moeda e a previsibilidade da economia. Atualmente, a meta de inflação é de 3% ao ano, com limites superior de 4,5% e inferior de 1,5%.

3 Equilíbrio fiscal: o governo estabelece as metas fiscais para o Orçamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), buscando garantir a sustentabilidade das contas públicas e evitando o endividamento excessivo do país.



BENEFÍCIOS:

- **Inflação baixa e previsível:** o controle da inflação gera um ambiente propício para o investimento e o consumo, impulsionando o crescimento econômico.
- **Taxas de juros mais baixas:** a estabilidade da moeda e das contas públicas permite que o Banco Central pratique taxas de juros mais baixas, o que beneficia tomadores de crédito e a economia como um todo.
- **Maior atratividade para investimentos:** um país com um tripé macroeconômico sólido se torna mais atraente para investimentos estrangeiros, o que contribui para o crescimento da economia.



DESAFIOS

- **Manter as metas de inflação:** controlar a inflação pode ser um desafio, especialmente em momentos de crise econômica ou instabilidade política.
- **Alcançar o equilíbrio fiscal:** garantir o equilíbrio fiscal exige disciplina fiscal por parte do governo, o que pode ser difícil em períodos de baixa receita.
- **Gerenciar o câmbio flutuante:** o câmbio flutuante pode ser volátil, o que exige atenção do Banco Central para evitar que a moeda nacional se desvalorize excessivamente.

Apesar dos desafios, o tripé macroeconômico é considerado um modelo de política econômica eficaz e tem contribuído para a estabilidade e o crescimento de diversas economias ao redor do mundo, ressalta Troster.

STF deve manter progressividade na Previdência pública (Editorial)

A reforma da Previdência aprovada em 2019 corrigiu uma injustiça histórica ao impor a **servidores públicos** federais a alíquota progressiva de contribuição. Ficou decidido que ela começaria em 7,5% para quem ganha até um salário mínimo e subiria de forma escalonada até 22% nos salários mais altos. Quem ganha mais paga proporcionalmente mais. Nada mais justo. Mas esse avanço está agora sob risco. A questão está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF), com o placar empatado em 5 a 5. O voto decisivo será do ministro Gilmar Mendes, que pediu vista. Ministros que votaram pelo retrocesso deveriam reconsiderar a posição.

O caso chegou à Corte depois que a 5-Turma Recursal Federal do Rio Grande do Sul condenou a União a restituir a uma servidora federal os valores descontados pela alíquota progressiva, por considerar que a tributação é confiscatória e fere o princípio de isonomia. Os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e André Mendonça votaram pela inconstitucionalidade da alíquota. O relator, Luís Roberto Barroso, confirmou a legalidade e foi acompanhado pelos ministros Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Cristi-ano Zanin e Nunes Marques.

Isonomia é um conceito elástico, sempre usado por interessados em garantir direitos, jamais na hora de ampliar deveres. Quando a manutenção de regalias é posta em xeque, o argumento mais usado é o "direito adquirido". Nessas ocasiões, ninguém quer falar em isonomia. A ideia de que todos merecem o mesmo tratamento vem à tona apenas quando é conveniente. Não por coincidência, os maiores inimigos da mudança nas contribuições previdenciárias estão na elite do serviço público.

Antes da reforma de 2019, os funcionários que haviam ingressado no serviço público até 2013 e não contribuíam para **previdência complementar** pagavam 11% de alíquota efetiva sobre toda a remuneração. Para aqueles com **previdência complementar**, valia a contribuição de 11% até um teto (R\$ 7.790 em valores atuais), mesma regra para quem fora contratado depois de 2013. Os sindicatos dos servidores reclamam que as alíquotas pagas atualmente pelas faixas salariais mais altas estão muito acima dos 14% cobrados dos contratados pela iniciativa privada. Esquecem as muitas benesses do funcionalismo. E, sobretudo, que essa não é a questão

colocada diante do Supremo.

Ainda que a anulação da progressividade pelo STF não tivesse nenhum impacto nas contas públicas, seria absurda. Mas ela tem -e o impacto não é pequeno. Ao jornal Valor Econômico, o economista Paulo Tafher declarou ser uma temeridade derrubar o sistema atual: "Os números ainda em fase preliminar apontam um impacto de R\$ 300 bilhões para a União em dez anos". A mesma reforma que impôs progressividade permite a alíquota linear de 14% na previdência de municípios e estados, patamar adotado em várias regiões do país. "A mudança afetaria as contas desses entes também", diz Tafner.

O déficit do regime previdenciário de servidores federais, estaduais e municipais chegou a R\$ 55 bilhões nos 12 meses encerrados em maio. A reforma de 2019 ajudou a reduzir esse buraco e foi uma tentativa bem-sucedida de corrigir injustiças. A progressividade da contribuição previdenciária foi um avanço. Por enquanto, a votação no STF ainda não está agendada. Quando chegar o dia, o país espera que os ministros deixem o corporativismo de lado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

30 anos do Plano Real: Política fiscal é um buraco sem fundo (Plano Real)

Rosana Hessel

+

As projeções não negam que a perna fiscal do tripé macroeconômico, criado em 1999 para dar sustentabilidade ao Plano Real, segue manca e sem um sinal claro de melhoria. Pelos cálculos atualizados da Instituição Fiscal Independente (IFI), o governo federal não conseguirá entregar superávit primário até 2034, último ano das projeções da entidade, ligada ao Senado Federal. Segundo o economista Alexandre Andrade, diretor da IFI, a indexação dos benefícios previdenciários ao salário mínimo e a falta de um limite para aumento de despesas de Saúde e de Educação vinculadas à receita podem fazer a despesa obrigatória chegar a 100% da receita até 2027.

"Esse foi um exercício que fizemos para mostrar o que acontece com a regra fiscal, dada essa atual trajetória de crescimento das despesas. Se nada for feito, então, claro, tudo depende de outros parâmetros, entre os quais o crescimento da economia e o cenário de arrecadação", explica. "A nova meta fiscal já estava comprometida mesmo antes da mudança, porque a nova regra é muito difícil de ficar em pé", frisa.

Pelas estimativas da IFI, a dívida pública bruta continuará crescendo e chegará a 100% do PIB, em 2028, no cenário pessimista, e, em 2034, no cenário base, conforme mostra o quadro ao lado. "A trajetória do resultado primário piorou devido ao aumento das despesas. Atualizamos alguns parâmetros também, e por isso, a previsão para as contas públicas piorou. Antes, na última revisão, a dívida começava a estabilizar, mas, agora, não vemos essa possibilidade. No cenário base, por exemplo, o governo não conseguirá entregar superávit primário até 2034", alerta o economista da IFI.

Desequilíbrio

De acordo com Andrade, os números atuais comprovam o maior desequilíbrio na perna fiscal do tripé macroeconômico, porque a nova regra fiscal está fundamentada em cima do crescimento da arrecadação, mas o governo não conseguirá aumentar **tributos** para ampliar a receita. "Basta ver essa última medida provisória que foi devolvida e que compensaria a desoneração. Portanto, fica mais difícil para o governo equilibrar as contas públicas, porque existe uma resistência em aumento de tributo por parte da

sociedade, mas também há uma vontade política de aumentar a despesa", alerta.

E, como o dólar andou subindo mais nos últimos dias, ficando em torno de R\$ 5,50, o que pressiona a **inflação**, aumenta o risco de o cenário pessimista ser mais factível do que o cenário base, reconhece Andrade. "Ainda não sabemos qual vai ser o nível em que esse câmbio vai se estabilizar. Mas se o dólar se mantiver nesse nível mais alto por algum tempo, isso vai bater na **inflação**, e, aí, o nosso cenário também ficará defasado", explica.

Apesar da recente desvalorização do real frente ao dólar e das mudanças na meta de **inflação**, Sergio Vale, economistachefe da MB Associados acredita que o câmbio flutuante e o sistema de metas de **inflação** seguem firmes. "Acho que a mentalidade hoje de não intervir na taxa de câmbio ou intervir em situações muito esporádicas para diminuir volatilidade, está entranhado e virou uma constante ao longo dos últimos anos. Já a questão da meta de **inflação** também tem tido aperfeiçoamentos nos últimos anos, especialmente, e finalmente a gente chegar a uma meta de 3% e ter um horizonte imóvel agora", destaca.

"O quadro fiscal teve saldos positivos ao longo dos 30 anos do plano real, mas foram momentos duradouros. Sempre vimos, em vários momentos, interferências políticas que desmontaram o cenário fiscal positivo. Isso ocorreu a partir do segundo mandato do Lula e, depois, no governo Dilma inteiro, a gente teve no final do governo Bolsonaro. E agora de novo acontecendo no governo Lula", explica. "Portanto, temos um tripé manco, de fato, porque a perna fiscal não consegue ajudar na política econômica como deveria. E a consequência disso é que a meta de **inflação** fica sempre mais difícil de ser atingida e a taxa de câmbio também acaba ficando mais volátil e pressionada", alerta. "Dos três elementos do tripé, o mais importante de todos, que é o fiscal, a gente ainda não conseguiu encaminhar de uma forma condizente. E eu tenho a impressão de que, nesses próximos anos, isso também não vai acontecer. Espera-se, talvez, em 2027, em um novo governo e, quem sabe, o país consiga encaminhar isso de uma forma mais adequada", acrescenta.

Rombo previdenciário

O rombo da **Previdência Social**, que somou R\$ 153,3 bilhões de janeiro a maio deste ano, disparou, em termos reais (descontada a **inflação**) quase 30% em comparação ao mesmo período de 2023, enquanto a receita líquida e as despesas cresceram, respectivamente, 9% e 13%, na mesma base de comparação. Esse impulso tem como um dos fatores, o ganho real do salário mínimo, que é utilizado como indexador das pensões e aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Nova reforma

Na avaliação do diretor da IFI, por conta desse descompasso, será preciso fazer uma nova reforma da Previdência em breve, além de uma completa revisão de despesas. "Não adianta o governo só querer cortar desperdício e não rever alguns benefícios. Será preciso fazer uma reavaliação completa do Orçamento. Essas medidas anunciadas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, com a mudança da meta, têm impacto muito pequeno", explica. "Depois de 30 anos, esse problema fiscal continua existindo, porque é difícil de equacionar e não está sendo enfrentado como deveria", frisa Andrade.

Na avaliação de Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, apesar dos notáveis avanços ao longo dos 30 anos, o Plano Real ainda segue incompleto, em grande medida, devido à instabilidade fiscal. "Esse é um desafio que não foi endereçado até os dias de hoje. O novo arcabouço fiscal, por exemplo, que substituiu o antigo teto de gastos não resolveu a questão. E, na realidade, agudizou a matemática em razão do retorno das vinculações e indexações dos gastos com saúde e educação à arrecadação", afirma.

De acordo com Barros, a inovação do novo regime fiscal ter um piso para os investimentos públicos, "adicional ao efeito colateral negativo do retorno da política de valorização do salário mínimo, que produz um aumento automático e inercial da despesa, também contribuíram para manter a matemática fiscal desfavorável". "O governo está contratando um avanço mínimo do gasto de 2% ao ano, ou seja, o arcabouço criou um piso para os gastos e, na tentativa de reduzir o deficit, há uma corrida para medidas pelo lado da receita como forma de fechar a conta. A estratégia tem limites, tanto do ponto de vista político, que dá sinais de fadiga, quanto do ponto de vista econômico, em razão do efeito inflacionário e sobre as empresas e o ambiente de negócios. Não há atalhos e, sem atacar de forma efetiva o lado da despesa, haverá uma crise de confiança sobre a condução da política econômica travada pela percepção de risco sobre a evolução das contas públicas, com efeitos negativos sobre a curva de juros, câmbio e **inflação**", explica.

Por mais que a política monetária tenha potência e seja capaz de fazer preço no curto prazo, a trajetória de médio prazo é determinada pela política fiscal, ressalta Barros. "Sem um plano de consolidação fiscal sólido e crível, a estabilização econômica seguirá incompleta", frisa.

Barros ainda reforça que a recente desvalorização do real frente ao dólar foi um efeito colateral dessa piora do quadro fiscal. Na avaliação de Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central e um dos pais do Plano Real, o momento agora, as críticas do presidente Lula ao Banco Central são desnecessárias e só contribuem para piorar o quadro. "Com o Banco Central independente, agora, o presidente da República não pode demitir o presidente do BC, e, na verdade, o chefe do Executivo fica livre para criticar publicamente a política monetária. O que é uma perda de tempo, sabe. Em outros países que têm esse mesmo tipo de arranjo, os presidentes se controlam porque não há ganho absolutamente nenhum", afirma o sócio-fundador da Rio Bravo Investimentos.

Ajuste duro

De acordo com os analistas, como o presidente Lula sabe que essa bomba fiscal vai estourar a qualquer momento, ele vem buscando encontrar um culpado para esse quadro nada animador e que fará com que o país continue crescendo pouco mesmo com os estímulos fiscais recentes do governo: o Banco Central.

O economista José Ronaldo de Castro Souza Jr, professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), Souza Jr., ressalta que não adianta criticar a política monetária, porque não é ela que promove o crescimento. "A política monetária bem feita é a base de estabilidade da economia, que é uma condição necessária para o país crescer. Mas a política monetária, em si, não tem o objetivo de fazer o país crescer. Ela pode ajudar em política contracíclica de curto prazo, mas a política monetária, efeito de longo prazo dela, é ajudar a manter o país estável para ter condições de crescimento, mas não promover crescimento", explica.

Impasse

Souza Jr. destaca ainda que o grande desafio do governo será o ajuste fiscal daqui para frente. "O país tem uma série de questões que são difíceis politicamente. Todo governo se depara e fica assustado com os valores, mas aumentou muito ali no governo Dilma, principalmente, houve um aumento muito grande. Depois a gente não conseguiu conter mais. Essa é a questão, a eficiência é um negócio e

para você fazer esse tipo de ajuste, você vai desagradar alguns. E os beneficiados, que são a população em geral, são dispersos, não são um grupo organizado, porque é a sociedade em geral, então são pautas difíceis de se tocar", frisa Souza Jr.

"É difícil cortar gastos. É muito complicado, porque sempre vai ter alguém afetado. E como eu falei, o beneficiário não tem voz, porque é o povo geral", acrescenta. Ele lembra que o governo tem tecnologia para fazer avaliação de políticas públicas, mas isso não tem resultado em decisões de corte de políticas públicas ineficientes. "Então, aí tem um problema. Porque, por exemplo, o abono salarial é eficiente? Não. E ele é cortado? Não. Então, eu só estou dando um exemplo", afirma.

De acordo com o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, o país vive um momento de esgotamento de ilusões quanto à ideia de que é possível equilibrar as contas facilmente. Não é. "Outro dia, eu vi que levaram ao presidente a lista de renúncias fiscais tal como a **Receita Federal** as concebe e aí, apareceu um número absurdo. Eles dizem que, por exemplo, existe uma renúncia fiscal pelo fato de que o imposto das grandes fortunas não é aplicado e põe lá um número totalmente fantasioso sobre quanto seria factível captar", destaca um dos pais do Plano Real.

Na avaliação de Franco é "fantasioso" dizer que o Simples é uma renúncia fiscal, porque, "na essência, se você fosse aplicar às empresas do Simples, as disposições tributárias do complicado, do sistema tributário comum, a maior parte dessas empresas não ia existir". "Então, não existe renúncia fiscal. Tem é um o extermínio de empresas se remover essa legislação dessas empresas", frisa Franco, que faz um alerta de que e será inevitável a revisão das despesas obrigatórias.

As projeções não negam que a perna fiscal do tripé macroeconômico, criado em 1999 para dar sustentabilidade ao Plano Real, segue manca e sem um sinal claro de melhoria. Pelos cálculos atualizados da Instituição Fiscal Independente (IFI), o governo federal não conseguirá entregar superavit primário até 2034, último ano das projeções da entidade, ligada ao Senado Federal. Segundo o economista Alexandre Andrade, diretor da IFI, a indexação dos benefícios previdenciários ao salário mínimo e a falta de um limite para aumento de despesas de Saúde e de Educação vinculadas à receita podem fazer a despesa obrigatória chegar a 100% da receita até 2027.

"Esse foi um exercício que fizemos para mostrar o que acontece com a regra fiscal, dada essa atual trajetória de crescimento das despesas. Se nada for feito, então,

claro, tudo depende de outros parâmetros, entre os quais o crescimento da economia e o cenário de arrecadação", explica. "A nova meta fiscal já estava comprometida mesmo antes da mudança, porque a nova regra é muito difícil de ficar em pé", frisa.

Pelas estimativas da IFI, a dívida pública bruta continuará crescendo e chegará a 100% do **PIB**, em 2028, no cenário pessimista, e, em 2034, no cenário base, conforme mostra o quadro ao lado. "A trajetória do resultado primário piorou devido ao aumento das despesas. Atualizamos alguns parâmetros também, e por isso, a previsão para as contas públicas piorou. Antes, na última revisão, a dívida começava a estabilizar, mas, agora, não vemos essa possibilidade. No cenário base, por exemplo, o governo não conseguirá entregar superavit primário até 2034", alerta o economista da IFI.

Desequilíbrio

De acordo com Andrade, os números atuais comprovam o maior desequilíbrio na perna fiscal do tripé macroeconômico, porque a nova regra fiscal está fundamentada em cima do crescimento da arrecadação, mas o governo não conseguirá aumentar **tributos** para ampliar a receita. "Basta ver essa última medida provisória que foi devolvida e que compensaria a desoneração. Portanto, fica mais difícil para o governo equilibrar as contas públicas, porque existe uma resistência em aumento de tributo por parte da sociedade, mas também há uma vontade política de aumentar a despesa", alerta.

E, como o dólar andou subindo mais nos últimos dias, ficando em torno de R\$ 5,50, o que pressiona a **inflação**, aumenta o risco de o cenário pessimista ser mais factível do que o cenário base, reconhece Andrade. "Ainda não sabemos qual vai ser o nível em que esse câmbio vai se estabilizar. Mas se o dólar se mantiver nesse nível mais alto por algum tempo, isso vai bater na **inflação**, e, aí, o nosso cenário também ficará defasado", explica.

Apesar da recente desvalorização do real frente ao dólar e das mudanças na meta de **inflação**, Sergio Vale, economistachefe da MB Associados acredita que o câmbio flutuante e o sistema de metas de **inflação** seguem firmes. "Acho que a mentalidade hoje de não intervir na taxa de câmbio ou intervir em situações muito esporádicas para diminuir volatilidade, está entranhado e virou uma constante ao longo dos últimos anos. Já a questão da meta de **inflação** também tem tido aperfeiçoamentos nos últimos anos, especialmente, e finalmente a gente chegar a uma meta de 3% e ter um horizonte imóvel agora", destaca.

"O quadro fiscal teve saldos positivos ao longo dos 30

anos do plano real, mas foram momentos duradouros. Sempre vimos, em vários momentos, interferências políticas que desmontaram o cenário fiscal positivo. Isso ocorreu a partir do segundo mandato do Lula e, depois, no governo Dilma inteiro, a gente teve no final do governo Bolsonaro. E agora de novo acontecendo no governo Lula", explica. "Portanto, temos um tripé manco, de fato, porque a perna fiscal não consegue ajudar na política econômica como deveria. E a consequência disso é que a meta de **inflação** fica sempre mais difícil de ser atingida e a taxa de câmbio também acaba ficando mais volátil e pressionada", alerta. "Dos três elementos do tripé, o mais importante de todos, que é o fiscal, a gente ainda não conseguiu encaminhar de uma forma condizente. E eu tenho a impressão de que, nesses próximos anos, isso também não vai acontecer. Espera-se, talvez, em 2027, em um novo governo e, quem sabe, o país consiga encaminhar isso de uma forma mais adequada", acrescenta.

Rombo previdenciário

O rombo da **Previdência Social**, que somou R\$ 153,3 bilhões de janeiro a maio deste ano, disparou, em termos reais (descontada a **inflação**) quase 30% em comparação ao mesmo período de 2023, enquanto a receita líquida e as despesas cresceram, respectivamente, 9% e 13%, na mesma base de comparação. Esse impulso tem como um dos fatores, o ganho real do salário mínimo, que é utilizado como indexador das pensões e aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Nova reforma

Na avaliação do diretor da IFI, por conta desse descompasso, será preciso fazer uma nova reforma da Previdência em breve, além de uma completa revisão de despesas. "Não adianta o governo só querer cortar desperdício e não rever alguns benefícios. Será preciso fazer uma reavaliação completa do Orçamento. Essas medidas anunciadas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, com a mudança da meta, têm impacto muito pequeno", explica. "Depois de 30 anos, esse problema fiscal continua existindo, porque é difícil de equacionar e não está sendo enfrentado como deveria", frisa Andrade.

Na avaliação de Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, apesar dos notáveis avanços ao longo dos 30 anos, o Plano Real ainda segue incompleto, em grande medida, devido à instabilidade fiscal. "Esse é um desafio que não foi endereçado até os dias de hoje. O novo arcabouço fiscal, por exemplo, que substituiu o antigo teto de gastos não resolveu a questão. E, na realidade, agudizou a matemática em razão do retorno das

vinculações e indexações dos gastos com saúde e educação à arrecadação", afirma.

De acordo com Barros, a inovação do novo regime fiscal ter um piso para os investimentos públicos, "adicional ao efeito colateral negativo do retorno da política de valorização do salário mínimo, que produz um aumento automático e inercial da despesa, também contribuíram para manter a matemática fiscal desfavorável". "O governo está contratando um avanço mínimo do gasto de 2% ao ano, ou seja, o arcabouço criou um piso para os gastos e, na tentativa de reduzir o deficit, há uma corrida para medidas pelo lado da receita como forma de fechar a conta. A estratégia tem limites, tanto do ponto de vista político, que dá sinais de fadiga, quanto do ponto de vista econômico, em razão do efeito inflacionário e sobre as empresas e o ambiente de negócios. Não há atalhos e, sem atacar de forma efetiva o lado da despesa, haverá uma crise de confiança sobre a condução da política econômica travada pela percepção de risco sobre a evolução das contas públicas, com efeitos negativos sobre a curva de juros, câmbio e **inflação**", explica.

Por mais que a política monetária tenha potência e seja capaz de fazer preço no curto prazo, a trajetória de médio prazo é determinada pela política fiscal, ressalta Barros. "Sem um plano de consolidação fiscal sólido e crível, a estabilização econômica seguirá incompleta", frisa.

Barros ainda reforça que a recente desvalorização do real frente ao dólar foi um efeito colateral dessa piora do quadro fiscal. Na avaliação de Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central e um dos pais do Plano Real, o momento agora, as críticas do presidente Lula ao Banco Central são desnecessárias e só contribuem para piorar o quadro. "Com o Banco Central independente, agora, o presidente da República não pode demitir o presidente do BC, e, na verdade, o chefe do Executivo fica livre para criticar publicamente a política monetária. O que é uma perda de tempo, sabe. Em outros países que têm esse mesmo tipo de arranjo, os presidentes se controlam porque não há ganho absolutamente nenhum", afirma o sócio-fundador da Rio Bravo Investimentos.

Ajuste duro

De acordo com os analistas, como o presidente Lula sabe que essa bomba fiscal vai estourar a qualquer momento, ele vem buscando encontrar um culpado para esse quadro nada animador e que fará com que o país continue crescendo pouco mesmo com os estímulos fiscais recentes do governo: o Banco Central.

O economista José Ronaldo de Castro Souza Jr,

professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), Souza Jr., ressalta que não adianta criticar a política monetária, porque não é ela que promove o crescimento. "A política monetária bem feita é a base de estabilidade da economia, que é uma condição necessária para o país crescer. Mas a política monetária, em si, não tem o objetivo de fazer o país crescer. Ela pode ajudar em política contracíclica de curto prazo, mas a política monetária, efeito de longo prazo dela, é ajudar a manter o país estável para ter condições de crescimento, mas não promover crescimento", explica.

Impasse

Souza Jr. destaca ainda que o grande desafio do governo será o ajuste fiscal daqui para frente. "O país tem uma série de questões que são difíceis politicamente. Todo governo se depara e fica assustado com os valores, mas aumentou muito ali no governo Dilma, principalmente, houve um aumento muito grande. Depois a gente não conseguiu conter mais. Essa é a questão, a eficiência é um negócio e para você fazer esse tipo de ajuste, você vai desagradar alguns. E os beneficiados, que são a população em geral, são dispersos, não são um grupo organizado, porque é a sociedade em geral, então são pautas difíceis de se tocar", frisa Souza Jr.

"É difícil cortar gastos. É muito complicado, porque sempre vai ter alguém afetado. E como eu falei, o beneficiário não tem voz, porque é o povo geral", acrescenta. Ele lembra que o governo tem tecnologia para fazer avaliação de políticas públicas, mas isso não tem resultado em decisões de corte de políticas públicas ineficientes. "Então, aí tem um problema. Porque, por exemplo, o abono salarial é eficiente? Não. E ele é cortado? Não. Então, eu só estou dando um exemplo", afirma.

De acordo com o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, o país vive um momento de esgotamento de ilusões quanto à ideia de que é possível equilibrar as contas facilmente. Não é. "Outro dia, eu vi que levaram ao presidente a lista de renúncias fiscais tal como a **Receita Federal** as concebe e aí, apareceu um número absurdo. Eles dizem que, por exemplo, existe uma renúncia fiscal pelo fato de que o imposto das grandes fortunas não é aplicado e põe lá um número totalmente fantasioso sobre quanto seria factível captar", destaca um dos pais do Plano Real.

Na avaliação de Franco é "fantasioso" dizer que o Simples é uma renúncia fiscal, porque, "na essência, se você fosse aplicar às empresas do Simples, as disposições tributárias do complicado, do sistema tributário comum, a maior parte dessas empresas não

ia existir". "Então, não existe renúncia fiscal. Tem é um o extermínio de empresas se remover essa legislação dessas empresas", frisa Franco, que faz um alerta de que e será inevitável a revisão das despesas obrigatórias.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/07/6895999-30-anos-do-plano-real-politica-fiscal-e-um-buraco-sem-fundo.html>

Pesquisa aponta insatisfação de servidores

Edna Simão De Brasília

Os **servidores públicos** brasileiros têm um baixo nível de satisfação no trabalho quando comparado com 18 países, segundo a Pesquisa Global de **Servidores Públicos**: Aproveitando os insights dos **servidores públicos** para uma administração pública mais eficaz, do Banco Mundial.

No Brasil, 55% dos trabalhadores ouvidos disseram estar satisfeitos com o trabalho. O percentual é o menor dentre os países pesquisados e é o único abaixo dos 60%. A média dentre os países avaliados foi de 70%. Segundo o levantamento, os funcionários públicos da Romênia (95%), Colômbia (93%) e Nigéria (89%) são os mais satisfeitos. A Croácia e Estados Unidos (ambos empatados com 66%) aparecem em penúltimo lugar, porém, mais satisfeitos que o Brasil.

Os co-fundadores da pesquisa, Christian Schuster e Daniel Rogger, explicaram ao Valor, por meio de assessoria de imprensa, que os resultados demonstram que a qualidade das práticas de gestão e as atitudes dos funcionários variam acentuadamente entre países e dentro dos países nas organizações governamentais. Eles acrescentam que as informações podem "ajudar os governos a identificar quais práticas de gestão precisam ser melhoradas em todo o governo e quais práticas de gestão precisam ser melhoradas em quais organizações".

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que tem feito esforços no sentido de melhorar a qualidade do serviço público, o que inclui, entre outras ações, a valorização dos **servidores públicos** federais, a melhoria e reestruturação das carreiras, e a realizações de concursos. O ministério informou também que um outro relatório, feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o título "Diagnóstico Institucional do Serviço Público na América Latina 2024" mostra um cenário melhor. "Nesse levantamento, o índice de satisfação atingiu 65 pontos, melhorando o desempenho em relação ao último estudo de 2014, no qual o Brasil alcançou 55 pontos", destacou o ministério.

Mas, para o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, o resultado da pesquisa do Banco Mundial só reforça a baixa estima do servidor público diante das condições precárias de trabalho. Ele citou como exemplo o fato de um trabalhador

exercer as atribuições de dois ou três devido à reposição insuficiente de servidores que se aposentaram ao longo dos anos.

Segundo ele, considerando que a pesquisa do Banco Mundial abrange dados de 2017, a situação hoje pode ser até pior. "Nos últimos seis ou sete anos, os servidores foram massacrados e assediados. O diálogo com o governo foi retomado, mas ainda não há sinalização de melhora da satisfação", destacou.

A pesquisa do Banco Mundial foi conduzida por pesquisadores do University College London e da University of Nottingham em colaboração com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Brasil e a Escola Nacional de Administração Pública e realizada durante a Presidência **Temer**, entre 5 de julho e 23 de setembro de 2017. A pesquisa online compreendeu **servidores públicos** de 14 instituições do governo federal sediadas em Brasília - totalizando 26.616 **servidores públicos**.

Para Schuster e Rogger, o Brasil registrou menor taxa de resposta entre todas as pesquisas nacionais, e, portanto, os resultados devem ser interpretados com cautela. Isso porque, embora a maioria dos resultados de pesquisas de **servidores públicos** seja relativamente estáveis ao longo do tempo, não é possível ter certeza que este seja o caso brasileiro.

"Recomendamos, em particular, tirar quaisquer conclusões apenas de grandes diferenças percentuais entre o Brasil e outros países, em vez de menores, e de grandes diferenças dentro dos itens da pesquisa no Brasil", destacaram dando como a constatação de que o Brasil tem um nível relativamente alto de satisfação com o salário em comparação internacional, mas um baixo nível de satisfação no trabalho.

Apesar da pesquisa considerar dados do Brasil de 2017 e diferentes períodos dos outros países, Schuster e Rogger reforçaram que a conclusão não fica comprometida pois os dados têm se mostrado "relativamente estáveis ao longo do tempo quando se considera o governo como um todo" em países que realizam pesquisas governamentais de **servidores públicos** anuais ou bianuais - como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália ou Colômbia.

Eles mencionaram que na Pesquisa Federal de Opinião dos **Servidores Públicos** dos Estados Unidos, por exemplo, o índice de engajamento dos

funcionários foi de 72 em 2020, 71 em 2021, 71 em 2022 e 72 em 2023. Na Pesquisa Nacional de **Servidores Públicos** do Chile, a parcela de **servidores públicos** satisfeitos com seus empregos passou de 84% em 2019 para 83% em 2023.

"Isso torna provável que a maioria das comparações entre países seja plausível mesmo quando os anos da pesquisa diferem, embora não possamos descartar que essas comparações produziram resultados diferentes se a pesquisa de um determinado país estivesse disponível para um ano mais recente", explicaram os co-fundadores.

Segundo eles, as pesquisas são feitas nos países quando surge uma oportunidade relevante. "A demanda interna de um país para realizar pesquisas varia ao longo do tempo. Como tal, temos pesquisas de diferentes anos. Esta é uma das várias maneiras pelas quais as pesquisas entre países diferem", informaram.

"Diálogo como governo foi retomado, mas ainda sem melhora da satisfação"

Sérgio Ronaldo da Silva

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187925?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187925?page=1§ion=1)**

Por dentro da administração pública

Percentual dos servidores públicos satisfeitos com seu trabalho por país

Romênia	95	
Colômbia	93	
Nigéria	89	
Holanda	87	
Chile	84	
Lituânia	83	
Ucrânia	83	
Estônia	81	
Noruega	79	
Média dos países	78	
Albânia	77	
Uruguai	74	
Austrália	74	
Eslováquia	73	
Armênia	71	
Kosovo	70	
Estados Unidos	66	
Croácia	66	
Brasil	55	

Fonte: Abal e Abralatas (a partir de 2003)

Para Haddad, cabe ao Congresso resolver desoneração da folha - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, jogou para o Congresso a responsabilidade de encontrar soluções para o dilema da desoneração da folha. "Agora estamos fazendo uma assessoria mais técnica, dando suporte aos senadores, mas a decisão cabe a eles", disse. O Supremo Tribunal Federal (STF) impôs ao governo e ao Congresso o desafio de procurar entre R\$ 17 bilhões e R\$ 18 bilhões em arrecadação para cobrir as despesas relativas à manutenção do benefício fiscal a empresas enquadradas em 17 setores.

Entre as alternativas defendidas pelo ministro está a antecipação para 2024 de cortes de gastos previstos para o orçamento de 2025. "O presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) reiterou que nós temos que obter uma compensação ou não, situação na qual volta a reoneração. Essa é a decisão do Supremo, e a decisão do Supremo você cumpre. A decisão do Supremo diz o seguinte: ou compensa ou reonera. Não há alternativa a isso", acrescentou Haddad.

Especialista afirma: inteligência artificial é bolha e vai explodir

A inteligência artificial é uma bolha prestes a explodir? Para Roger McNamee, presidente da empresa americana de venture capital Elevation Partners, tradicional investidora em grandes projetos de tecnologia espalhados pelo mundo, a resposta é sim. "Estamos fazendo conjecturas sobre o que a IA pode fazer, mas não conseguimos comprová-las", afirmou, em entrevista à rede CNBC, dos Estados Unidos. "Não há como saber quando a bolha vai estourar, mas isso vai acontecer. Esteja preparado."

Chaves Pix são expostas em sexto vazamento de dados do ano

O Banco Central detectou um vazamento de dados vinculados a 39 mil chaves Pix cadastradas no aplicativo 99Pay. De acordo com o BC, o vazamento ocorreu entre 26 de junho e 2 de julho. Entre as informações expostas, estão nome do usuário, número de CPF, agência bancária e número de conta. Embora senhas e movimentações financeiras tenham sido preservadas, o caso traz preocupação.

Trata-se, afinal, do sexto vazamento de dados envolvendo o sistema Pix apenas em 2024.

Executivos brasileiros têm baixa bagagem educacional

Não é novidade que o Brasil enfrenta gargalos na área de educação. O que surpreende é que os profissionais que estão no topo das empresas também possuem formação deficiente. É isso o que mostra um ranking feito pelo Instituto Internacional de Desenvolvimento Gerencial (IMD na sigla em inglês), uma das principais escolas de negócios da Suíça. Entre os profissionais de 67 países analisados, os executivos brasileiros estão na última posição em termos de bagagem cultural e educacional. É um vexame.

- 0,21% foi a **inflação** oficial do Brasil em junho, o que representa uma desaceleração em relação a maio, quando o índice foi de 0,46%. Os dados são do IBGE

- "O mercado deu uma exagerada" Aline Cardoso, head de pesquisa e estratégia do banco Santander, sobre a disparada do dólar e a queda do Ibovespa em 2024, em entrevista à revista Exame Invest

RAPIDINHAS

» Uma projeção feita pelo banco suíço UBS indica que o número de milionários no Brasil - aqueles com patrimônio igual ou superior a US\$ 1 milhão - aumentará 22% até 2028, para 464 mil pessoas. Segundo o levantamento, o Brasil terá a 12ª maior taxa de crescimento do contingente de milionários entre os 36 países analisados.

» O mercado brasileiro de caminhões teve um primeiro semestre para comemorar. Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a produção acelerou 36% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto as vendas subiram 8%. O resultado superou com folga as previsões feitas no início do ano.

» Com o advento do home office, muitos analistas disseram que os escritórios comerciais enfrentariam crise sem precedentes. Eles erraram feio. Segundo estudo realizado pela consultoria Newmark, a taxa de vacância das salas corporativas de alto padrão em São Paulo, o maior mercado do país, caiu ao menor nível em 13 meses.

As mudanças climáticas provocarão impactos catastróficos na produção de café no Brasil. Um estudo feito pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) calcula que o calor extremo, a seca severa e as tempestades frequentes poderão reduzir em até 50% as áreas cultiváveis no país.

Nenhuma outra cultura deverá ser tão atingida.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Para Haddad, cabe ao Congresso resolver desoneração da folha

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6169/11-07-2024.html?all=1>

A boa surpresa da inflação - CELSO MING

CELSO MING

Celso Ming COMENTARISTA DE ECONOMIA

De toda surpresa, esperase consequência. Desta vez, a surpresa foi a magreza da **inflação** de junho, abaixo de todos os prognósticos disponíveis: 0,21% no mês, o que aponta para a acumulada de 2,48% neste primeiro semestre.

A surpresa positiva não se limitou à **inflação** cheia. Estendeu-se para os itens da cesta de consumo que mais preocupavam os analistas: alimentos e serviços apresentaram desaceleração.

Também caiu a difusão, o número de itens em alta caiu de 57% para 52%.

Os dois fatores que mais tiravam o sossego dos analistas e que tendiam a repuxar os preços eram a alta do dólar e as perdas produzidas pelas cheias no Rio Grande do Sul.

Mas, aparentemente, não tiveram grande impacto.

Para este mês de julho, segue o potencial corrosivo em outros dois campos: o baixo progresso do tratamento do governo ministrado à questão fiscal e as correções da gasolina e do gás de cozinha, em vigor a partir desta terça-feira.

A próxima reunião do Copom que vai redefinir os juros básicos (Selic) está agendada para 30 e 31 de julho.

A partir dessa **inflação** mais moderada, os mais pessimistas, que acenavam para um novo aumento, foram obrigados a rever seus prognósticos. Se é dado como certo que não haverá novo corte dos juros, também é certo que não haverá aumento.

O governo Lula segue pressionando o Banco Central para novos cortes. Quer juros nos padrões de Primeiro Mundo para a política monetária.

Não leva em conta que este país tem um índice baixíssimo de poupança, da ordem de 15% ou 16% do **PIB**. O resto é consumo.

Isso significa que o capital é rarefeito e, portanto, por pura imposição da lei da oferta e da procura, seu preço (os juros) não pode ser muito mais baixo do que é hoje.

O semestre fechou com alguns números melhores na economia.

A **inflação**, já se viu, parece mais contida. O avanço do **PIB** caminha para alguma coisa acima dos 2%, como preveem os comentaristas. As contas externas seguem exuberantes, graças ao bom momento das exportações de grãos (soja e milho), petróleo e minérios. O desemprego está nos 7,1%, nível baixo para os padrões do Brasil. Advertido sobre os estragos no mercado produzidos pelas suas falácias, Lula parece ter parado de desancar o presidente do Banco Central e passou a admitir a necessidade de levar mais a sério a administração das contas públicas. Menos mal.

O desempenho da economia mundial ainda é insatisfatório.

No entanto, a grande fonte de incertezas para a economia brasileira continua sendo a ineficácia da política fiscal do governo Lula. E isso contamina tudo.

Notícias Relacionadas:

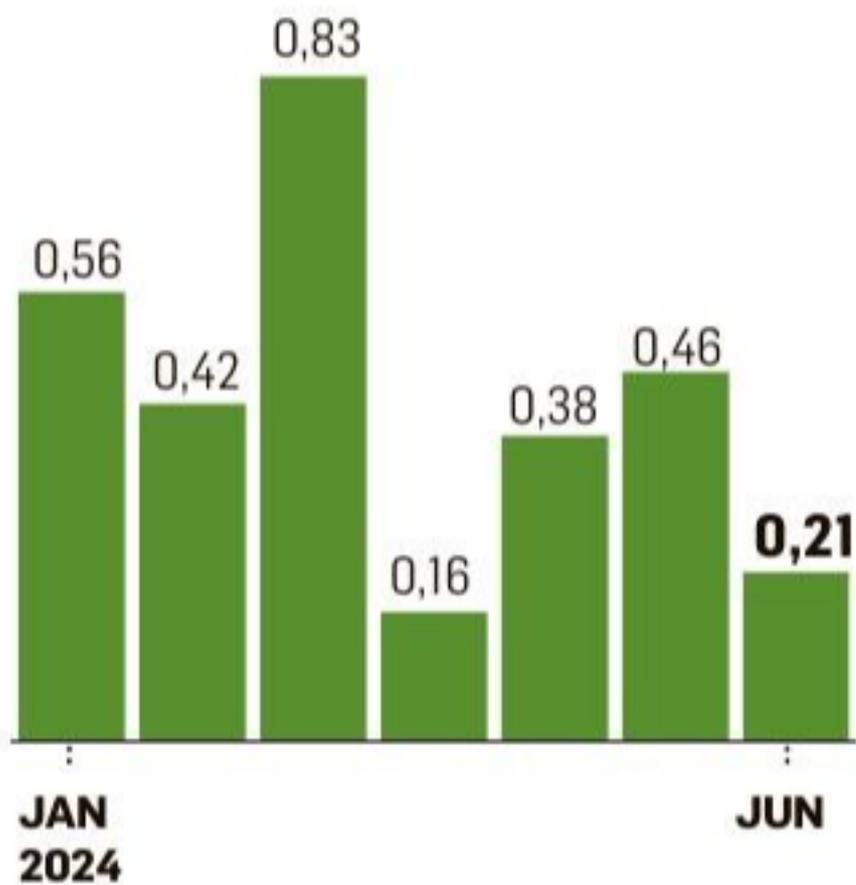
O ESTADO DE S. PAULO
A boa surpresa da **inflação**
O LIBERAL - BELÉM - PA
A boa surpresa da **inflação**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INFLAÇÃO

EVOLUÇÃO MENSAL DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Dívidas, lobbies e ajuste econômico - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

A economia sempre tem muitas tarefas. Enquanto a Câmara negociou e aprovou a regulamentação da **Reforma tributária**, o Senado apresentava uma proposta de renegociação da dívida dos estados, uma montanha de quase R\$ 800 bilhões. Nem tudo é bom na reforma, mas a mudança que começará a ser preparada após toda a tramitação vai modernizar o sistema tributário. A proposta de renegociação das dívidas dos estados, da maneira como foi apresentada pelo senador Rodrigo Pacheco, aumenta a transferência de recursos federais para os maiores estados e impacta a dívida federal. O Tesouro deve estar presente desde o primeiro momento, não pode ser o último a ser ouvido.

O caminho inverso deveria ter sido tomado: a proposta deveria sair da negociação entre o credor, o Tesouro Nacional, e os entes subnacionais endividados. E num momento posterior aperfeiçoar a proposta em um Projeto de Lei Complementar. Mas tem sido negociado pelo Senado com os entes federados. Outro problema é que há uma concentração muito grande da dívida entre os maiores estados e qualquer concessão que for feita vai desequilibrar ainda mais a federação. As quatro maiores economias -São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul -são 84% dessa dívida. São Paulo responde por 44% da dívida dos estados, então será o maior beneficiado por qualquer nova vantagem.

Por outro lado, há inúmeros estados que têm dívidas pequenas, no Nordeste e no Norte. Além do Espírito Santo, que fez esforços para resolver o problema. O projeto como foi desenhado no gabinete do senador Pacheco elimina os juros reais. Hoje o governo subsidia os estados devedores porque se financia pelo IPCA mais 6,5% (NTN-B) e cobra IPCA mais 4%. Sua dívida é mais cara do que a dos seus devedores. A proposta do Senado agravaria isso porque quer eliminar qualquer percentual acima da **inflação**, o que significa que a dívida teria juro real zero.

Dos estados grandes e endividados, São Paulo é o único que está pagando completamente os juros, R\$ 19 bilhões por ano. Se for aprovada a proposta da maneira como o senador Pacheco apresentou na terça-feira, o governo paulista teria uma queda da despesa com o pagamento da dívida, e aumento da

despesa primária. Já a dívida de Minas Gerais, Rio de Janeiro que não está sendo paga, crescerá mais devagar. Minas entrou na Justiça para não pagar esse débito e está com esse direito concedido por liminar. Rio Grande do Sul teve a suspensão do pagamento por três anos por causa da tragédia climática.

O que o Senado está propondo é que os estados entreguem ativos, como empresas, recebíveis ou créditos reconhecidos na dívida ativa, para terem uma redução do percentual de juros. Em outras renegociações foram entregues empresas para serem federalizadas e depois vendidas. Os melhores ativos foram privatizados. Há casos como o da Cedae do Rio, vendida recentemente, em que o Tesouro deu garantia para um empréstimo até a privatização da empresa. Foi vendida, o governo do Rio não honrou a operação financeira e a conta caiu sobre o Tesouro. O problema da transferência de recebíveis da dívida ativa é que, muitas vezes, não têm qualquer liquidez.

E preciso virar esta página, sem dúvida, mas saber em que condições. Os estados menores e menos endividados querem ser compensados com a mesma concessão que o governo federal fará aos entes devedores. O senador Rodrigo Pacheco disse que nem tudo será aprovado pela Fazenda. É bom que cada ponto seja negociado para que o país enfrente o problema, no entanto, não pode ser a causa de mais desequilíbrios na federação.

Na Câmara, a discussão e a votação da regulamentação da **Reforma tributária** atravessou o dia de ontem. Há enormes ganhos. Mas há também grandes derrotas. Durante a negociação, a luta era contra o absurdo de o carvão não pagar o Imposto Seletivo, apesar de ser a mais poluente das fontes de energia. E também para não cancelar outra insensatez que é deixar armas e munições fora desse tributo. O Imposto Seletivo, como se sabe, foi pensado para ser cobrado de produtos que causam mal à saúde e ao meio ambiente. No final da noite, o carvão acabou sendo incluído no Imposto Seletivo, mas as armas não. A economia tem muitas tarefas, a maior delas sempre será vencer os inúmeros lobbies do Brasil.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
Dívidas, lobbies e ajuste econômico

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economistas criticam texto de Pacheco para dívidas estaduais



GESIVAL NOGUEIRA/VALOR
Marcos Mendes: "União pode ser politicamente induzida a engolir vários micos"

Marcelo Osakabe De São Paulo

A proposta de renegociação da dívida do presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD) é uma "bomba fiscal" e um prêmio aos Estados com que gerem mal as finanças públicas, avaliam economistas consultados pelo Valor. Para eles, o projeto piora a proposta original, elaborada pelo Ministério da Fazenda, e piora ao invés de melhorar o problema fundamental das finanças estaduais, que é o alto nível do gasto corrente, em especial, com a folha de servidores.

O projeto de Pacheco, revelada na terça-feira, altera o indexador- que pode sair de IPCA mais 4% para apenas IPCA - e prevê que o principal da dívida, cerca de R\$ 700 bilhões, possa ser congelado e parcelado em 30 anos. Também flexibiliza a sugestão do Ministério da Fazenda, que previa investimentos na educação técnica, para as áreas de infraestrutura e segurança.

"A proposta é muito pior do que a da Fazenda. Vale dizer, os juros agora poderão chegar a zero pois, na prática, basta direcionar os recursos do serviço [da dívida] para investimentos", diz Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI). "O impacto fiscal sobre a dívida bruta, pelas nossas contas, na Warren, chegará a 2,4 pontos de

PIB sobre a dívida bruta em dez anos. Se calcularmos até 2054, prazo proposto no projeto de lei para a quitação final das dívidas com a União, o impacto chegaria a quase 5,5 pontos do **PIB**."

Para Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, a parte mais problemática da proposta é a previsão de entrega de ativos de Estados para a União. Em sua avaliação, seria preferível que o próprio Estado fizesse a privatização e depois repassasse os recursos.

"Tem toda uma questão sobre como é o processo de valuation desses ativos que é complexa, muitos deles são uma caixa preta. A União pode ser politicamente induzida a engolir vários micos", diz. "Pode ocorrer uma contestação ou judicialização posterior que prejudica a gestão futura, como aconteceu com algumas distribuidoras de energia dos Estados. Mesmo empresas de valor, como a Cemig, podem sofrer com este problema. Além disso, a União, que precisa vender imóveis que tem pelo país, pode acabar vendo seu gasto corrente aumentar, por exemplo, ao assumir a manutenção de outros imóveis repassados pelos Estados."

O economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, chama atenção para o fato de que a redução de juros em troca de investimentos cria gastos permanentes para o futuro: escolas precisam de professores e merenda, hospitais, de médicos e insumos.

"O projeto não melhora a situação fiscal dos Estados, pelo contrário. Agrava o principal problema dos entes subnacionais, que é o gasto corrente. Está se trocando um alívio no resultado nominal abaixo da linha [com juros] por uma pressão no resultado acima da linha", diz.

Barros lamenta o fato de que o governo está deixando passar um momento de crise para pedir contrapartidas e, assim, melhorar a perspectiva de solvência futura. "No passado, o governo usou a crise fiscal dos Estados para criar mecanismos com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Estamos perdendo a chance de fazer algo nesse sentido. Esta é uma contrarreforma", diz.

"A proposta é péssima. Eu já era crítico da proposta de

juros por Educação, mas ela tinha lá sua lógica, apesar de também estimular gastos. Agora, com esse projeto de lei do Senado, o último que sair que apague a luz", diz Salto. "Essa dívida não caiu do céu. Ela deriva de déficits sistemáticos ao longo do tempo. O problema é que alguns Estados não querem fazer ajuste fiscal." Mendes pondera que o Executivo tem cada vez menos controle sobre a matéria. Desde o governo Dilma Roussef, todos os presidentes tiveram que engolir renegociação da dívida dos Estados, lembra.

"Fiscalmente, é uma política ex-pansionista: você libera recursos para Estados direcionarem a outros gastos e aumenta a dívida líquida da União, porque diminui o crédito que a União tem com eles. Politicamente, premia os que não fizeram ajuste, pune os que fizeram o dever de casa e põe na conta do Tesouro- e do contribuinte federal - contas como a folha salarial inchada e penduricalhos, que são a origem da má gestão dos recursos nos Estados."

"A proposta é muito pior que a da Fazenda. Juros poderão ser zero" Felipe Salto

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187925?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187925?page=1§ion=1)**

Juros futuros cedem e sinalizam risco menor de alta da taxa Selic



Muller, da AZ Quest: salvo uma deterioração adicional das expectativas, o próximo movimento do BC deve ser de cortes de juros

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Matheus Prado e Victor Rezende De São Paulo

A leitura comportada do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em junho, somada ao recuo relevante do dólar ante o real na última semana, provocou queda firme dos juros ontem e fez investidores reconsiderarem a possibilidade, embutida nos preços nos últimos dias, de que o Comitê de Política Monetária (Co-pom) do Banco Central (BC) precise elevar a Selic ainda este ano.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 recuou de 10,57% para 10,525%; e a do DI para janeiro de 2029 caiu de 11,845% para 11,655%. O dólar caiu 0,04%, a R\$ 5,4120, e o Ibovespa subiu 0,09%, aos 127.218 pontos.

Com alta de 0,21% de junho, o IPCA teve uma variação menor que a esperada pelo mercado, que superou até o piso das estimativas coletadas pelo Valor Data, de 0,23%. O dado ainda trouxe números positivos da **inflação** de serviços, cuja resiliência recente tem sido um ponto de atenção. Uma semana após o dólar alcançar os R\$ 5,70 e parte do mercado passar a apostar que o Copom pudesse elevar os juros este ano, o dado foi um alento. Houve nova rodada de retirada de prêmios das taxas.

Segundo os preços extraídos pela curva de juros, o mercado embute uma Selic de 10,82% no fim de 2024,

ainda acima do atual, de 10,5%. No auge do estresse na semana passada esse patamar chegou a superar os 11,5%.

Além disso, algumas casas, como a XP Asset e a família de fundos Janeiro, da Itaú Asset, também passaram a incorporar nos seus cenários a possibilidade de o Copom elevar os juros até o fim do ano.

De acordo com o estrategista-chefe da AZ Quest, André Muller, o IPCA de junho trouxe informações relevantes sobre uma **inflação** que segue controlada. Salvo uma deterioração adicional das expectativas, portanto, o próximo movimento do Banco Central deve ser de cortes de juros, e não de alta. Ainda que não seja possível precisar em que momento o processo de afrouxamento será retomado, o estrategista projeta que o corte de juros possa ocorrer no primeiro semestre de 2025.

"Há um prêmio relevante na precificação de Selic, com altas de juros já neste ano e no próximo. Temos posições, pequenas, aplicadas [que ganham com a queda] nos juros curtos. Elas são pequenas por conta deste ambiente volátil que estamos atravessando.

Preferimos aguardar elementos mais concretos para tomar algum tipo de posição mais relevante", diz o profissional da AZ Quest.

Na visão de Muller, o câmbio, assim como os outros ativos brasileiros, também passou por um processo de aumento dos prêmios de risco em função da percepção do mercado de falta de credibilidade da política econômica. Essa dinâmica foi seguida por uma descompressão, relacionada a falas vindas das autoridades indicando que vão seguir o que é definido pelo arcabouço fiscal. "Atualmente, estamos em um momento em que as coisas foram prometidas, mas ainda há alguns passos para que sejam colocadas em prática", diz. Por ora, ele não tem posições no mercado cambial.

Já o gestor de renda fixa da Porto Asset Management, Gustavo Pi Okuyama, avalia que o estresse observado no mercado nas últimas semanas estava desconectado dos fundamentos da economia. A gestora, nesse ambiente, aproveitou para ampliar apostas na queda das taxas durante o período mais

turbulento do mercado, posições que foram reduzidas com a queda firme dos juros futuros ontem.

"A credibilidade do governo foi colocada em xeque e houve uma piora que não guardava correlação com a economia. Na ausência de ruídos adicionais, houve uma descompressão de prêmios muito grande. O melhor exemplo é o dólar, que saiu de R\$ 5,70 para R\$ 5,40 sem grandes novidades", afirma.

No entanto, diante da proximidade da divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do Tesouro Nacional, no dia 22, o gestor optou por reduzir suas apostas de queda nas taxas no mercado de juro nominal. As posições podem migrar, segundo ele, para vencimentos intermediários da curva de juro real - NTN-Bs com vencimento em 2035, por exemplo -, que possuem uma característica um pouco mais defensiva.

Na leitura do estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, o mercado externo tem mostrado algum alívio nas últimas semanas em termos de percepção de risco, mas os ativos domésticos não estavam conseguindo capturar a tendência devido ao ambiente interno mais tumultuado. "Desde a semana passada o ambiente doméstico ficou mais calmo e acabou permitindo que o real e os juros se juntassem à dinâmica global mais benigna. Estávamos bastante descolados dos nossos pares e temos observado uma convergência nestas últimas sessões", afirma.

De acordo com Cunha, o ambiente mais benigno ainda pode se estender pelo menos até o dia da divulgação do relatório de receitas e despesas, que o mercado aguarda com ansiedade. "Há uma expectativa elevada de que o governo demonstre pragmatismo e apresente medidas de bloqueio ou contingenciamento", afirma.

Uma pesquisa da BGC Liquidez realizada com participantes do mercado apontou que a reação dos ativos tende a ser de neutra para positiva caso o governo anuncie um contingenciamento ou bloqueio entre R\$ 10 e R\$ 15 bilhões.

Na avaliação de João Fernandes, economista da Quantitas, os núcleos do IPCA estão próximos dos níveis que teriam que rodar para atingir a meta de **inflação**. Apesar disso, a perspectiva de surpresas positivas na **inflação** corrente terem impacto nas expectativas, que seguem subindo no Focus, é limitada, diz. Segundo o executivo, o que provocou, em maior medida, o movimento de desancoragem das expectativas foi o componente fiscal.

"Você teve um aumento da preocupação de que o governo não vai entregar o arcabouço, e isso provocou uma piora no câmbio e nas expectativas de **inflação**."

A expectativa para o IPCA de 2025, que é onde se concentra a atenção do BC neste momento, só deve ser resolvida se o governo conseguir endereçar a confiança que o arcabouço vai ser cumprido", afirma.

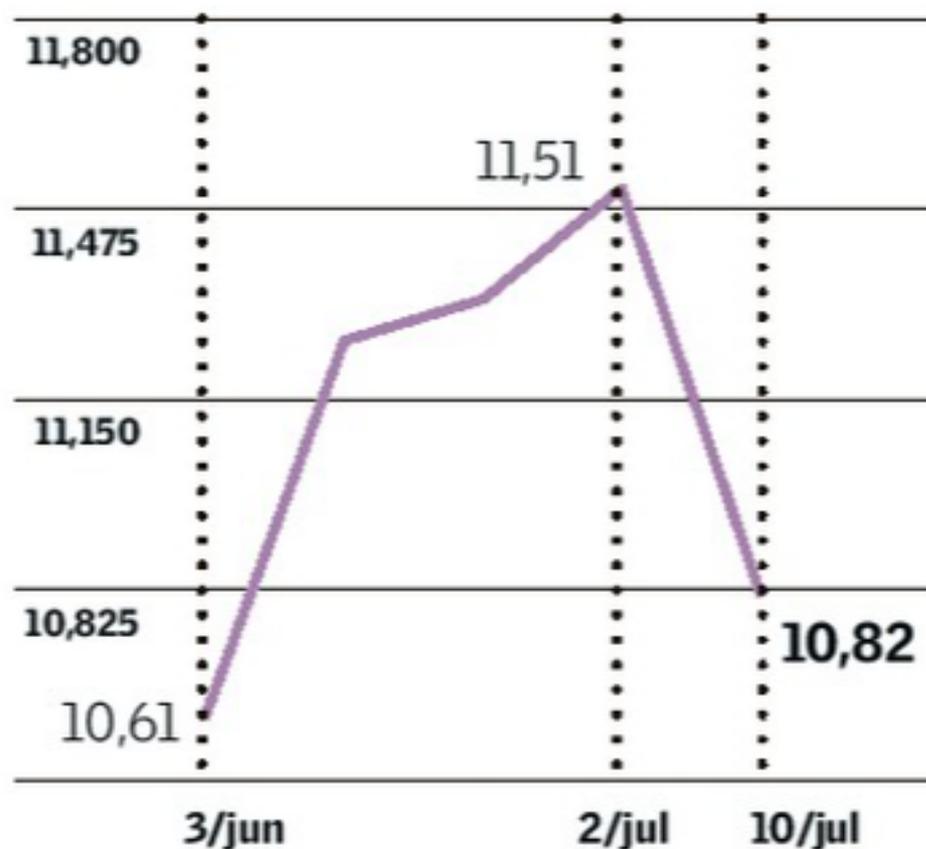
No exterior, o ambiente segue favorável à tomada de risco. Enquanto investidores esperavam a divulgação de indicadores de **inflação** nos EUA, a valorização de ações de tecnologia deu sustentação a um novo pregão de recordes dos índices Nasdaq e S P 500, que terminou acima dos 5,6 mil pontos pela primeira vez. Novas declarações do presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, foram monitoradas pelos investidores e não impediram que o mercado continuasse a embutir dois cortes nos juros no ano, em sessão de leve queda das taxas dos Treasuries e do dólar em relação a moedas de mercados avançados.

O índice Dow Jones fechou em alta de 1,09%, aos 39.721,36 pontos; enquanto o S P 500 teve ganhos de 1,02%, aos 5.633,91 pontos. Já o índice eletrônico Nasdaq terminou o dia com ganhos de 1,18%, aos 18.647,45 pontos.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187924>

Selic precificada na curva

Em % a.a.



Fonte: Bloomberg

Concentração aumenta e Brasil terá 83 mil novos milionários em 4 anos

Sérgio Tauhata De São Paulo

A concentração de riqueza aumentou 16,8% no Brasil nos últimos 15 anos e o país já ocupa o terceiro lugar no ranking de maior desigualdade entre 56 nações, atrás apenas de Rússia e África do Sul, indica o mais recente relatório de riqueza mundial, o "Global Wealth Report 2024", elaborado pelo UBS e divulgado ontem. O banco suíço utiliza o "índice de Gini" como medida para calcular o tamanho do abismo entre os mais ricos e os pobres. No caso brasileiro, o coeficiente saiu de 70 para 81, em uma escala na qual quanto mais perto de 100 mais desigual.

Ao mesmo tempo, o estudo do UBS mostra que o Brasil registrou um crescimento da riqueza média por adulto de mais de 375% desde a crise financeira de 2008, quando medida em moeda local. Segundo o levantamento, a taxa é mais que o dobro do crescimento do México, de pouco mais de 150%, e mais do que os 366% da China continental.

Ainda que esse avanço seja uma boa notícia, o crescimento simultâneo da desigualdade indica um cenário de concentração maior de patrimônio no país. Segundo o banco suíço, a percepção de crescimento da riqueza costuma ser ofuscada por alguns fatores, como a citada desigualdade. "Muitas pessoas podem não reconhecer em seu próprio país algumas destas descobertas sobre a riqueza individual", dizem os pesquisadores. "As pessoas podem sentir que o crescimento ou declínio na riqueza passou por eles sem que percebessem", acrescentam.

Uma das principais razões para essa situação, avalia o relatório do UBS, está na diferença entre a riqueza média, ou seja, a soma da riqueza dividida pelo número de habitantes, e a mediana, que é o ponto do meio dessa escala. No Brasil, essa relação entre média e mediana alcança mais de cinco vezes. "Isso acontece quando os números são distorcidos para cima por um grupo de riqueza particularmente elevada e concentrada no topo, enquanto a mediana é menos distorcida por esses números extremos." Além disso, o estudo revela que o Brasil enfrentou uma redução significativa no ritmo de crescimento da riqueza entre 2010 e 2023. Segundo o banco, fatores como depreciação da moeda local, **inflação**, queda da produtividade e menor crescimento econômico influenciaram nesse resultado. Enquanto de 2000 a

2010 houve uma expansão de riqueza no Brasil de 384%, com uma média anual de 15%, nos 13 anos seguintes a taxa caiu para 55%, com um ritmo anual de apenas 3%.

Apesar da velocidade menor de expansão, a quantidade de milionários no país deve aumentar em 22% nos próximos quatro anos. Até 2028, o Brasil terá 83 mil novos milionários, em um total de 463.797 indivíduos, considerando a quantidade de pessoas com patrimônio igual ou superior a US\$ 1 milhão. Com essa taxa, o Brasil ocupa a 12-posição na lista de maiores crescimentos projetados entre 36 países.

No âmbito global, o relatório indica estar em curso uma grande transferência de riqueza tanto entre casais quanto entre gerações. Conforme o UBS, US\$ 83,5 trilhões em riqueza serão transferidos nos próximos 20 anos a 25 anos. "O mundo tem ficado progressivamente mais rico em todos os segmentos", diz o levantamento de 2024. "No ano passado, a riqueza global se recuperou da queda de 2022. A riqueza está crescendo de forma constante em todo o mundo - embora a velocidades diferentes - com muito poucas exceções." O número de milionários está no caminho para continuar crescendo. Conforme o estudo, em 2023, os milionários já representavam 1,5% da população adulta no mundo. Os EUA têm o número mais elevado, com quase 22 milhões de pessoas (ou 38% do total). A China continental ficou em segundo lugar, com pouco mais de seis milhões - o dobro do Reino Unido, em terceiro.

Um dado curioso do estudo é que 14 indivíduos no mundo contam cada um com fortunas de mais de US\$ 100 bilhões. Esse grupo, no total, concentra US\$ 2 trilhões em riqueza.

US\$83tri é a riqueza global que será transferida em até 25 anos

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187924>